

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
Balanço Patrimonial Passivo	3
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	6
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	7

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2025 à 31/12/2025	9
DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024	10
DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023	11
Demonstração de Valor Adicionado	12

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	14
Balanço Patrimonial Passivo	15
Demonstração do Resultado	17
Demonstração do Resultado Abrangente	18
Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)	19

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2025 à 31/12/2025	21
DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024	22
DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023	23
Demonstração de Valor Adicionado	24

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho	26
---	----

Notas Explicativas	33
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva	70
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	74
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente	75

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2025
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	328.808.182
Preferenciais	0
Total	328.808.182
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

#Error

#Error

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2025	Penúltimo Exercício 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 31/12/2023
1	Ativo Total	1.497.987	1.143.902	948.162
1.01	Ativo Circulante	159.896	61.277	54.346
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	93.040	16.324	25.629
1.01.03	Contas a Receber	30.596	25.699	24.895
1.01.06	Tributos a Recuperar	4.582	2.850	2.188
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	31.678	16.404	1.634
1.01.08.03	Outros	31.678	16.404	1.634
1.01.08.03.01	Adiantamentos	4.724	1.168	1.039
1.01.08.03.02	Outras contas a receber	1.678	672	595
1.01.08.03.03	Empréstimos de partes relacionadas	25.276	14.564	0
1.02	Ativo Não Circulante	1.338.091	1.082.625	893.816
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	131.149	119.716	163.319
1.02.01.04	Contas a Receber	2.270	2.169	2.411
1.02.01.04.02	Outras Contas a Receber	2.270	2.169	2.411
1.02.01.07	Tributos Diferidos	40.286	28.954	25.101
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	88.593	88.593	135.807
1.02.01.09.03	Empréstimos de partes relacionadas	88.593	88.593	135.807
1.02.02	Investimentos	35.926	42.183	0
1.02.03	Imobilizado	1.168.599	920.306	730.497
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	605.305	438.641	336.111
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	563.294	481.665	394.386
1.02.03.02.01	Ativos de direito de uso	563.294	481.665	394.386
1.02.04	Intangível	2.417	420	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2025	Penúltimo Exercício 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 31/12/2023
2	Passivo Total	1.497.987	1.143.902	948.162
2.01	Passivo Circulante	178.556	153.135	113.445
2.01.02	Fornecedores	17.923	12.863	10.082
2.01.03	Obrigações Fiscais	2.925	2.699	2.488
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	2.925	2.699	2.488
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	2.925	2.699	2.488
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	121.826	100.593	80.078
2.01.04.02	Debêntures	42.727	23.111	19.698
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	79.099	77.482	60.380
2.01.04.03.01	Passivos de arrendamento	66.036	58.960	43.353
2.01.04.03.02	Passivos de arrendamento - partes relacionadas	13.063	18.522	17.027
2.01.05	Outras Obrigações	35.025	36.261	20.116
2.01.05.02	Outros	35.025	36.261	20.116
2.01.05.02.04	Obrigações tributárias	25.038	29.345	20.093
2.01.05.02.06	Outras contas a pagar	9.619	234	23
2.01.05.02.07	Receita Diferida	368	6.682	0
2.01.06	Provisões	857	719	681
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	857	719	681
2.01.06.01.05	Provisão trabalhista e encargos sociais	857	719	681
2.02	Passivo Não Circulante	1.177.793	945.283	883.448
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.051.895	832.655	766.638
2.02.01.02	Debêntures	596.014	465.849	487.051
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	455.881	366.806	279.587
2.02.01.03.01	Passivos de arrendamento	455.881	366.806	279.587
2.02.02	Outras Obrigações	14.909	10.703	11.996
2.02.02.02	Outros	14.909	10.703	11.996
2.02.02.02.05	Desmobilização de Ativos	14.909	10.665	11.996
2.02.02.02.06	Receita Diferida	0	38	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2025	Penúltimo Exercício 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 31/12/2023
2.02.04	Provisões	110.989	101.925	104.814
2.02.04.02	Outras Provisões	110.989	101.925	104.814
2.02.04.02.04	Provisão Contingência	323	296	3.412
2.02.04.02.05	Passivos de arrendamento - partes relacionadas	110.666	101.629	101.402
2.03	Patrimônio Líquido	141.638	45.484	-48.731
2.03.01	Capital Social Realizado	328.808	211.808	106.699
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-187.170	-166.324	-155.430

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	184.515	148.506	120.253
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-66.107	-52.030	-42.700
3.03	Resultado Bruto	118.408	96.476	77.553
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-12.834	4.766	-16.395
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-23.916	-15.490	-16.258
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	-484	6.116	-737
3.04.03.01	Perdas estimadas de credito liquidação duvidosa	-484	6.116	-737
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	2.353	10.173	600
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	9.213	3.967	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	105.574	101.242	61.158
3.06	Resultado Financeiro	-146.829	-128.925	-109.324
3.06.01	Receitas Financeiras	45.800	19.166	27.833
3.06.02	Despesas Financeiras	-192.629	-148.091	-137.157
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-41.255	-27.683	-48.166
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	20.409	3.854	-18.538
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-20.846	-23.829	-66.704
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-20.846	-23.829	-66.704

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
4.01	Lucro Líquido do Período	-20.846	-23.829	-66.704
4.03	Resultado Abrangente do Período	-20.846	-23.829	-66.704

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	43.901	8.683	-81.806
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	177.691	135.916	68.361
6.01.01.01	Resultado do exercício	-20.846	-23.829	-66.704
6.01.01.02	Imposto de renda e contribuição social	-20.409	-3.854	18.538
6.01.01.03	Depreciação	29.714	22.710	17.920
6.01.01.04	Atualização da provisão para desmobilização de ativos	876	664	559
6.01.01.05	Depreciação do ativo de direito de uso	36.916	30.683	25.862
6.01.01.06	Baixa de ativo imobilizado	0	634	0
6.01.01.07	Provisão trabalhista e encargos sociais	138	39	301
6.01.01.08	Variação cambial sobre empréstimo com parte relacionada	0	0	-84.526
6.01.01.09	Provisão de juros sobre empréstimos	0	0	1.016
6.01.01.10	Juros com arrendamento	70.289	59.334	78.454
6.01.01.11	Juros sobre debêntures	91.329	75.445	81.277
6.01.01.12	Juros com empréstimos e financiamentos concedidos a partes relacionadas	-25.714	-15.226	-7.423
6.01.01.13	Provisão para demandas judiciais	27	-3.116	2.350
6.01.01.14	Provisão para perdas esperadas de crédito	484	-6.116	737
6.01.01.15	Custo de captação	12.311	2.515	0
6.01.01.16	Resultado de equivalência patrimonial	-9.213	-3.967	0
6.01.01.17	rêmio sobre pagamento antecipado de debênture	11.789	0	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-4.817	13.505	-10.393
6.01.02.01	Contas a receber	-5.381	5.310	-5.078
6.01.02.02	Adiantamentos a fornecedores	-3.556	-129	-789
6.01.02.03	Impostos a recuperar	-1.732	-663	-1.792
6.01.02.04	Outras contas a receber	-1.107	168	-1.712
6.01.02.05	Fornecedores	-1.069	-6.746	-2.467
6.01.02.06	Obrigações tributárias	4.996	9.251	1.663
6.01.02.07	Adiantamentos de clientes	0	2	-217
6.01.02.08	Outras contas a pagar	9.384	-408	-1

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
6.01.02.09	Receita diferida	-6.352	6.720	0
6.01.03	Outros	-128.973	-140.738	-139.774
6.01.03.01	Imposto de renda e contribuição social pagos	0	213	259
6.01.03.02	Juros sobre debêntures pagos	-58.684	-94.331	-61.579
6.01.03.03	Juros sobre arrendamentos pagos	-70.289	-46.620	-78.454
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-158.405	-112.103	-79.412
6.02.01	Aquisição de ativo imobilizado	-186.878	-118.341	-95.854
6.02.02	Resgate de Aplicação de Títulos e Valores Mobiliarios	15.000	8.085	16.442
6.02.03	Aquisição de controlada, líquido do caixa adquirido	0	86	0
6.02.05	Aumento de empréstimos e financiamentos concedidos a partes relacionadas	0	-1.513	0
6.02.06	Aquisição de intangível	-1.997	-420	0
6.02.07	Dividendos recebidos	15.470	0	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	191.220	94.115	180.837
6.03.01	Debêntures	0	0	500.000
6.03.02	Custo de captação	0	-1.418	-12.949
6.03.03	Pagamento de principal de passivos de arrendamento	-18.816	-9.576	-10.275
6.03.04	Pagamento de principal de empréstimos e financiamentos obtidos com partes relacionadas	0	0	-132.065
6.03.06	Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos com partes relacionadas	0	0	-60.912
6.03.07	Aumento de empréstimos e financiamentos concedidos a partes relacionadas	0	0	-102.962
6.03.08	Aumento de capital social e AFAC	117.000	105.109	0
6.03.09	Pagamento de principal de debêntures	-500.000	0	0
6.03.10	Debêntures 2a emissão	593.036	0	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	76.716	-9.305	19.619
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	16.324	25.629	6.010
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	93.040	16.324	25.629

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 31/12/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	211.808	0	0	-166.324	0	45.484
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	211.808	0	0	-166.324	0	45.484
5.04	Transações de Capital com os Sócios	117.000	0	0	0	0	117.000
5.04.01	Aumentos de Capital	117.000	0	0	0	0	117.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-20.846	0	-20.846
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-20.846	0	-20.846
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	328.808	0	0	-187.170	0	141.638

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	106.699	0	0	-155.430	0	-48.731
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	106.699	0	0	-155.430	0	-48.731
5.04	Transações de Capital com os Sócios	105.109	0	0	0	0	105.109
5.04.01	Aumentos de Capital	105.109	0	0	0	-17.372	87.737
5.04.08	Adiantamento para futuro aumento de Capital	0	0	0	0	17.372	17.372
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-10.894	0	-10.894
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-23.829	0	-23.829
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	12.935	0	12.935
5.05.02.06	Reserva de lucros reflexa	0	0	0	12.935	0	12.935
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	211.808	0	0	-166.324	0	45.484

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	106.699	0	0	-88.726	0	17.973
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	106.699	0	0	-88.726	0	17.973
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-66.704	0	-66.704
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-66.704	0	-66.704
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	106.699	0	0	-155.430	0	-48.731

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
7.01	Receitas	387.276	288.948	219.919
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	192.440	148.506	120.253
7.01.02	Outras Receitas	194.836	140.442	99.666
7.01.02.01	Outras receitas	2.353	6.807	601
7.01.02.02	Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	-484	6.116	-737
7.01.02.03	Receitas relativas à construção de ativos próprios	192.967	127.519	99.802
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-198.955	-131.811	-109.834
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-66.345	-37.443	-31.391
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-132.610	-94.368	-78.443
7.03	Valor Adicionado Bruto	188.321	157.137	110.085
7.04	Retenções	-66.630	-51.336	-42.183
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-66.630	-51.336	-42.183
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	121.691	105.801	67.902
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	55.013	23.133	27.833
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	9.213	3.967	0
7.06.02	Receitas Financeiras	45.800	19.166	27.833
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	176.704	128.934	95.735
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	176.704	128.934	95.735
7.08.01	Pessoal	13.211	5.755	4.183
7.08.01.01	Remuneração Direta	11.258	4.179	3.417
7.08.01.02	Benefícios	1.560	1.350	555
7.08.01.03	F.G.T.S.	393	226	211
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-8.290	-1.690	20.624
7.08.02.01	Federais	-8.454	-1.783	20.587
7.08.02.03	Municipais	164	93	37
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	192.629	148.698	137.632
7.08.03.01	Juros	69.867	64.239	50.445
7.08.03.02	Aluguéis	422	607	476

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
7.08.03.03	Outras	122.340	83.852	86.711
7.08.03.03.01	Debêntures	115.429	78.085	83.806
7.08.03.03.02	Outras	6.911	5.767	2.905
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-20.846	-23.829	-66.704
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-20.846	-23.829	-66.704

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2025	Penúltimo Exercício 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 31/12/2023
1	Ativo Total	1.371.809	1.025.213	0
1.01	Ativo Circulante	159.724	62.028	0
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	93.100	16.419	0
1.01.03	Contas a Receber	30.604	25.807	0
1.01.06	Tributos a Recuperar	4.582	2.850	0
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	31.438	16.952	0
1.01.08.03	Outros	31.438	16.952	0
1.01.08.03.01	Outros ativos circulantes	5.524	1.648	0
1.01.08.03.02	Outras contas a receber	620	672	0
1.01.08.03.03	Empréstimos de partes relacionadas	25.276	14.564	0
1.01.08.03.04	Direitos creditórios	18	68	0
1.02	Ativo Não Circulante	1.212.085	963.185	0
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	131.428	119.986	0
1.02.01.04	Contas a Receber	2.270	2.169	0
1.02.01.04.02	Outras Contas a Receber	2.270	2.169	0
1.02.01.07	Tributos Diferidos	40.286	28.954	0
1.02.01.07.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	40.286	28.954	0
1.02.01.09	Créditos com Partes Relacionadas	88.593	88.593	0
1.02.01.09.03	Empréstimos de partes relacionadas	88.593	88.593	0
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	279	270	0
1.02.01.10.03	Direitos creditórios	279	270	0
1.02.03	Imobilizado	1.078.240	842.779	0
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	612.768	446.104	0
1.02.03.02	Direito de Uso em Arrendamento	465.472	396.675	0
1.02.04	Intangível	2.417	420	0

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2025	Penúltimo Exercício 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 31/12/2023
2	Passivo Total	1.371.809	1.025.213	0
2.01	Passivo Circulante	163.044	135.580	0
2.01.02	Fornecedores	18.757	13.430	0
2.01.03	Obrigações Fiscais	3.273	2.982	0
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	3.273	2.982	0
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	3.273	2.982	0
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	108.763	82.147	0
2.01.04.02	Debêntures	42.727	23.111	0
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento	66.036	59.036	0
2.01.04.03.01	Passivos de arrendamento	66.036	58.960	0
2.01.04.03.02	Passivos de arrendamento - partes relacionadas	0	76	0
2.01.05	Outras Obrigações	31.394	36.302	0
2.01.05.02	Outros	31.394	36.302	0
2.01.05.02.04	Obrigações tributárias	25.084	29.386	0
2.01.05.02.06	Outras contas a pagar	5.942	234	0
2.01.05.02.07	Receita Diferida	368	6.682	0
2.01.06	Provisões	857	719	0
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	857	719	0
2.01.06.01.05	Provisão trabalhista e encargos sociais	857	719	0
2.02	Passivo Não Circulante	1.067.127	844.149	0
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	1.051.895	833.150	0
2.02.01.02	Debêntures	596.014	465.849	0
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento	455.881	367.301	0
2.02.01.03.01	Passivos de arrendamento	455.881	366.806	0
2.02.01.03.02	Passivos de arrendamento - partes relacionadas	0	495	0
2.02.02	Outras Obrigações	14.909	10.703	0
2.02.02.02	Outros	14.909	10.703	0
2.02.02.02.03	Receita diferida	0	38	0

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2025	Penúltimo Exercício 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 31/12/2023
2.02.02.02.04	Desmobilização de Ativos	14.909	10.665	0
2.02.04	Provisões	323	296	0
2.02.04.02	Outras Provisões	323	296	0
2.02.04.02.04	Provisão Contingência	323	296	0
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	141.638	45.484	0
2.03.01	Capital Social Realizado	328.808	211.808	0
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-187.170	-166.324	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	184.691	148.615	0
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-56.605	-47.302	0
3.03	Resultado Bruto	128.086	101.313	0
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-22.499	524	0
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-24.368	-15.765	0
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	-484	6.116	0
3.04.03.01	Perdas estimadas de credito liquidação duvidosa	-484	6.116	0
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	2.353	10.173	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	105.587	101.837	0
3.06	Resultado Financeiro	-145.574	-128.928	0
3.06.01	Receitas Financeiras	45.800	19.166	0
3.06.02	Despesas Financeiras	-191.374	-148.094	0
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-39.987	-27.091	0
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	19.141	3.262	0
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-20.846	-23.829	0
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-20.846	-23.829	0
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	0,07	0,11	0
3.99.02	Lucro Diluído por Ação			
3.99.02.01	ON	0,07	0,11	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-20.846	-23.829	0
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-20.846	-23.829	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	51.403	8.150	0
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	177.179	140.475	0
6.01.01.01	Resultado do exercício	-20.846	-23.829	0
6.01.01.02	Imposto de renda e contribuição social	-19.141	-3.262	0
6.01.01.03	Depreciação	29.714	22.710	0
6.01.01.04	Atualização da provisão para desmobilização de ativos	876	664	0
6.01.01.05	Depreciação do ativo de direito de uso	27.181	30.683	0
6.01.01.06	Baixa ativo imobilizado	0	634	0
6.01.01.07	Provisão trabalhista e encargos sociais	138	39	0
6.01.01.10	Juros com arrendamento	69.031	59.334	0
6.01.01.11	Juros sobre debêntures	91.329	75.445	0
6.01.01.12	Juros com empréstimos e financiamentos concedidos a partes relacionadas	-25.714	-15.226	0
6.01.01.13	Custo de captação	12.311	2.515	0
6.01.01.14	Provisão para demandas judiciais	27	-3.116	0
6.01.01.15	Provisão para perdas esperadas de crédito	484	-6.116	0
6.01.01.17	Prêmio sobre pagamento antecipado de debêntures	11.789	0	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	1.939	8.867	0
6.01.02.01	Contas a receber	-5.281	-4.098	0
6.01.02.02	Adiantamentos a fornecedores	-3.876	546	0
6.01.02.03	Impostos a recuperar	-1.732	-663	0
6.01.02.04	Outras contas a receber	-49	168	0
6.01.02.05	Direitos creditórios	10.526	3.848	0
6.01.02.06	Fornecedores	-804	-6.604	0
6.01.02.07	Obrigações tributárias	3.798	9.251	0
6.01.02.08	Receita diferida	-6.352	6.720	0
6.01.02.09	Receita diferida	0	2	0
6.01.02.10	Outras contas a pagar	5.709	-303	0
6.01.03	Outros	-127.715	-141.192	0

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
6.01.03.01	Imposto de renda e contribuição social pagos	0	-241	0
6.01.03.02	Juros sobre debêntures pagos	-58.684	-94.331	0
6.01.03.03	Juros sobre arrendamentos pagos	-69.031	-46.620	0
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-173.875	-111.475	0
6.02.01	Aquisição de ativo imobilizado	-186.878	-119.226	0
6.02.02	Recebimento de empréstimos concedidos a partes relacionadas	15.000	8.085	0
6.02.03	Aquisição de controlada, líquido do caixa adquirido	0	86	0
6.02.04	Aquisição de intangível	-1.997	-420	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	199.153	94.115	0
6.03.02	Custo de captação	0	-1.418	0
6.03.03	Pagamento de principal de passivos de arrendamento	-10.883	-9.576	0
6.03.07	Aumento de capital social e AFAC	117.000	105.109	0
6.03.08	Pagamento de principal de debêntures	-500.000	0	0
6.03.09	Debêntures 2a emissão	593.036	0	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	76.681	-9.210	0
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	16.419	25.629	0
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	93.100	16.419	0

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2025 à 31/12/2025

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	211.808	0	0	-166.324	0	45.484	0	45.484
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	211.808	0	0	-166.324	0	45.484	0	45.484
5.04	Transações de Capital com os Sócios	117.000	0	0	0	0	117.000	0	117.000
5.04.01	Aumentos de Capital	117.000	0	0	0	0	117.000	0	117.000
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-20.846	0	-20.846	0	-20.846
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-20.846	0	-20.846	0	-20.846
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	328.808	0	0	-187.170	0	141.638	0	141.638

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2024 à 31/12/2024

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	106.699	0	0	-155.430	0	-48.731	0	-48.731
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	106.699	0	0	-155.430	0	-48.731	0	-48.731
5.04	Transações de Capital com os Sócios	105.109	0	0	0	0	105.109	0	105.109
5.04.01	Aumentos de Capital	105.109	0	0	0	-17.372	87.737	0	87.737
5.04.08	Adiantamento para futuro aumento de Capital	0	0	0	0	17.372	17.372	0	17.372
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-10.894	0	-10.894	0	-10.894
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-23.829	0	-23.829	0	-23.829
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	12.935	0	12.935	0	12.935
5.05.02.06	Reserva de lucros reflexa	0	0	0	12.935	0	12.935	0	12.935
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	211.808	0	0	-166.324	0	45.484	0	45.484

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2023 à 31/12/2023

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	106.699	0	0	-88.726	0	17.973	0	17.973
5.02	Ajustes de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	0	0	0
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	106.699	0	0	-88.726	0	17.973	0	17.973
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	0	0	0	0	0	0
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-66.704	0	-66.704	0	-66.704
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-66.704	0	-66.704	0	-66.704
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	0	0	0	0	0	0
5.07	Saldos Finais	106.699	0	0	-155.430	0	-48.731	0	-48.731

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
7.01	Receitas	387.692	289.613	0
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	192.856	149.171	0
7.01.02	Outras Receitas	194.836	140.442	0
7.01.02.01	Outras Receitas	2.353	6.807	0
7.01.02.02	Perda por redução ao valor recuperável de contas a receber	192.967	127.519	0
7.01.02.03	Receitas relativas à construção de ativos próprios	-484	6.116	0
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-200.809	-132.637	0
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-66.345	-38.001	0
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-134.464	-94.636	0
7.03	Valor Adicionado Bruto	186.883	156.976	0
7.04	Retenções	-56.895	-46.607	0
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-56.895	-46.607	0
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	129.988	110.369	0
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	45.800	19.166	0
7.06.02	Receitas Financeiras	45.800	19.166	0
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	175.788	129.535	0
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	175.788	129.535	0
7.08.01	Pessoal	13.215	5.755	0
7.08.01.01	Remuneração Direta	11.258	4.179	0
7.08.01.02	Benefícios	1.564	1.350	0
7.08.01.03	F.G.T.S.	393	226	0
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-7.955	-1.091	0
7.08.02.01	Federais	-8.137	-1.192	0
7.08.02.03	Municipais	182	101	0
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	191.374	148.700	0
7.08.03.01	Juros	68.609	64.239	0
7.08.03.02	Aluguéis	422	607	0
7.08.03.03	Outras	122.343	83.854	0

DFs Consolidadas / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2025 à 31/12/2025	Penúltimo Exercício 01/01/2024 à 31/12/2024	Antepenúltimo Exercício 01/01/2023 à 31/12/2023
7.08.03.03.01	Debêntures	115.429	78.085	0
7.08.03.03.02	Outras	6.914	5.769	0
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-20.846	-23.829	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-20.846	-23.829	0

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório da Administração

Mensagem da Administração

Prezados Acionistas, Colaboradores e Parceiros,

Temos o prazer de apresentar o Relatório da Administração da **Brazil Tower, Cessão de Infraestruturas S.A.** (BTC ou Companhia) referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025. Este documento reflete nossa evolução, desafios superados e conquistas no setor de infraestrutura para telecomunicações no Brasil.

O ano de 2025 foi marcado por uma significativa expansão da nossa atuação no território nacional, com crescimento expressivo em nossa base de ativos e fortalecimento estratégico das parcerias com as principais operadoras de telefonia móvel do país. Mantemos nosso compromisso inabalável com a inclusão digital e a democratização do acesso a serviços tecnológicos no Brasil, promovendo a conectividade de forma sustentável.

Desde nossa fundação em 2011, consolidamos nossa posição como um dos principais players no setor de infraestrutura compartilhada, contando atualmente com mais de **2.070 pontos** de infraestrutura em operação e centenas de novos projetos em andamento nos 27 estados do Brasil.

Agradecemos a confiança de nossos acionistas, o comprometimento de nossos colaboradores e a parceria de nossos clientes, que são essenciais para o nosso sucesso.

Administração e Diretoria Executiva

Visão geral

Quem Somos

A Brazil Tower, Cessão de Infraestruturas S.A. (BTC ou Companhia) foi fundada em setembro de 2011, presente em mais de 500 municípios, tem como principais atividades cessão de espaço em infraestruturas de suporte para prestadores de serviços de telecomunicações, compra ou locação de imóveis para instalação das infraestruturas. Manteve evolução constante em seus ativos, gerenciada por um time com anos de experiência em telecomunicações e infraestruturas digitais, contando com controles e gerenciamento próprios que garantem a qualidade de implantação e manutenção, conformidade regulatória das infraestruturas sob sua titularidade.

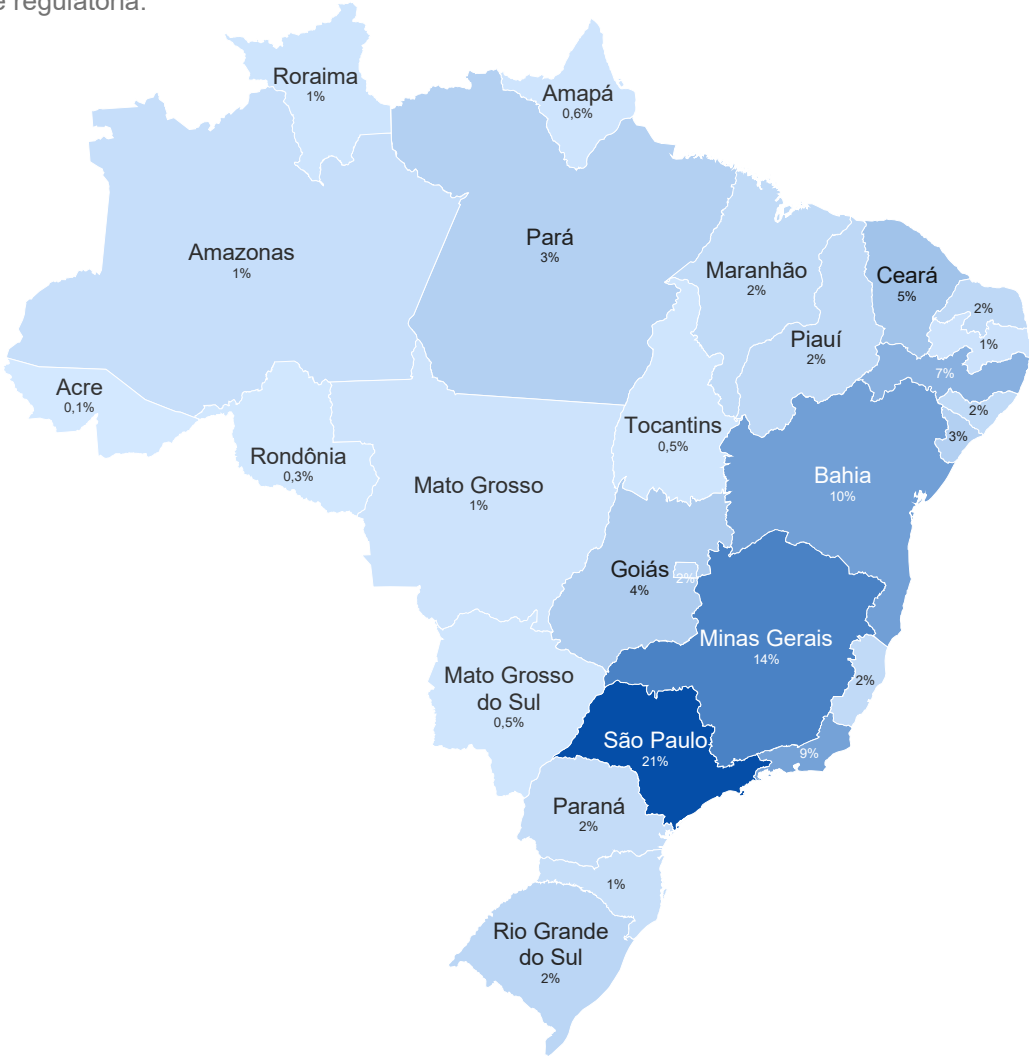
As infraestruturas são projetadas para multilocação, permitindo o compartilhamento por mais de um prestador de serviços de telecomunicações, em linha com o modelo de negócio da Companhia. A definição da localização dos ativos observa critérios técnicos e comerciais, considerando a demanda contratada e o potencial de utilização futura das estruturas, o que contribui para o melhor aproveitamento da capacidade instalada e para a otimização do portfólio de ativos. A Companhia tem sua sede localizada na cidade de Nova Lima, estado de Minas Gerais com atuação em todas as regiões do Brasil, com mais de 2.000 infraestruturas de telecomunicação, como torres, *rooftops*, postes sustentáveis, *street level solution*, instaladas em todo Brasil, espalhadas em 26 estados e no Distrito Federal. A Companhia atua no território nacional, por meio das suas infraestruturas de telecomunicações estrategicamente localizadas para atender as necessidades de expansão e melhoria na qualidade do sinal de nossos clientes.

Em 3 de novembro de 2022, com o objetivo de viabilizar a emissão de valores mobiliários e ampliar sua atuação no mercado de capitais, a Companhia foi transformada em sociedade anônima, passando a adotar sua atual denominação social: **BRAZIL TOWER, CESSÃO DE INFRAESTRUTURAS S.A.**

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Modelo de Negócio

A BTC opera no modelo de infraestrutura compartilhada, permitindo que múltiplas operadoras utilizem a mesma estrutura física para a instalação de seus equipamentos, promovendo eficiência operacional e sustentabilidade. Atualmente, a Companhia está presente em mais de 500 municípios e conta com sistemas de controle e gestão próprios que garantem a qualidade na implantação, manutenção e conformidade regulatória.



Aquisição de Debêntures de sua própria emissão

Uma vez que a variação cambial decorrente dos financiamentos em dólar, com as partes relacionadas, tornava-se um evento importante, no sentido de mitigar condições futuras não favoráveis ao negócio, a administração da BTC realizou a primeira emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, com garantia fidejussória adicional, cuja liquidação financeira ocorreu em 13 de janeiro de 2024.

O valor total da emissão foi de R\$500.000 (quinhentos milhões de reais), para utilização dos recursos líquidos na gestão de passivos, serviço de dívidas e pré-pagamento dos empréstimos em dólar, vigentes até a data da entrada dos recursos no caixa da BTC.

No decorrer de 2025, a BTC avançou com sua estratégia de otimização financeira e planejamento de investimentos, estruturando uma nova emissão de debêntures, na modalidade incentivada. A **segunda emissão** de debêntures foi concluída em **março de 2025**, representando a continuidade da companhia no projeto de expansão de infraestruturas de telecomunicações, em conformidade com as diretrizes da linha de crédito incentivado aprovada pelo Ministério das Comunicações (MCom).

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Destaque operacional e econômico-financeiro

A receita da Companhia é composta, majoritariamente, pela cessão de espaço em suas infraestruturas e pela adequação de locais para a instalação de transmissores de telecomunicações.

Nos últimos quatro exercícios sociais, a BTC apresentou crescimento expressivo e consistente, consolidando-se como uma referência relevante no setor de infraestrutura de telecomunicações.

A seguir, destacam-se alguns indicadores financeiros considerados relevantes:

Receita Bruta (em R\$ Mil)

Controladora	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2021
Adequação de Infra	633	986	690	442	385
Cessão de Infraestruturas	191.783	153.628	124.106	97.726	73.397

Infraestruturas de Telecomunicação Instaladas

	2025	2024	2023	2022	2021
Quantidade	2.070	1.566	1.422	1.202	1.002

A Companhia manteve uma trajetória consistente de expansão de sua infraestrutura de telecomunicações, refletida no crescimento contínuo da quantidade de sites instalados ao longo dos últimos exercícios. Em 2025, a base instalada atingiu 2.070 sites, representando um aumento relevante em relação a 2024 e mais que o dobro da base observada em 2021.

Endividamento Líquido (em R\$ mil)

Consolidado	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2023
Empréstimos e Financiamentos	638.741	488.960	506.749
(-) Caixa e Equivalentes	93.100	16.324	25.629
Endividamento Líquido	545.641	472.636	481.120

A variação apresentada acima entre os exercícios e períodos analisados, deve-se, principalmente, à mudança no perfil de endividamento da companhia, que até 31 de dezembro de 2022 possuía 100% de empréstimo com partes relacionadas e, em janeiro de 2024, com a escrituração das debêntures, alterou seu perfil de dívida e de Caixa e equivalentes de caixa.

Disponibilidade de caixa (em R\$ mil)

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia encerrou com caixa de R\$93.100 em comparação a R\$16.324 em 31 de dezembro de 2024.

Empréstimos e Debêntures (em R\$ mil)

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia encerrou com saldo a pagar de debêntures de R\$638.741, em comparação com R\$488.960 em 31 de dezembro de 2024. A evolução do endividamento da Companhia foi influenciada, majoritariamente, pelas movimentações relacionadas às emissões de debêntures.

Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

A Companhia gerencia o risco de liquidez pelo acompanhamento do fluxo de caixa e controle dos vencimentos dos ativos e passivos financeiros. Com base nas disponibilidades de caixa, na geração operacional projetada, no cronograma de amortização do endividamento e na avaliação das alternativas de captação de recursos junto a partes relacionadas e ao mercado de capitais, a Administração entende que a Companhia dispõe de recursos suficientes para fazer frente às suas obrigações financeiras de curto e de longo prazo.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Fontes de financiamento

Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia utilizou como principais fontes de financiamento a geração de caixa operacional própria e captações no mercado de capitais, por meio da emissão de valores mobiliários de renda fixa.

Riscos, Desafios e Oportunidades Econômicas e Setoriais

A Companhia acessou o mercado de capitais por meio da emissão de debêntures e, posteriormente, obteve o registro de companhia aberta categoria B, nos termos e condições estabelecidos nas respectivas escrituras de emissão, passando a observar as obrigações regulatórias aplicáveis.

Desde então, a Companhia vem cumprindo as obrigações regulatórias perante a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os compromissos assumidos nas escrituras de emissão de debêntures, incluindo o pagamento de juros, o atendimento aos *covenants* financeiros e não financeiros e as demais obrigações previstas contratualmente perante agentes fiduciários, instituições custodiante, reguladores e investidores.

Em 2025, a Companhia realizou a segunda emissão de debêntures e promoveu o pré-pagamento da primeira emissão. A partir desse evento, a gestão financeira passou a concentrar-se no acompanhamento da capacidade de pagamento do serviço da dívida e na observância dos limites e testes previstos nos *covenants* financeiros. O primeiro teste formal dos *covenants* está previsto para 31 de março de 2026.

Com o objetivo de eliminar a exposição ao risco cambial anteriormente associada aos empréstimos com partes relacionadas, a Companhia passou a concentrar seu endividamento em moeda local, por meio da emissão de debêntures. Em decorrência dessa mudança, a exposição aos encargos financeiros passou a estar majoritariamente atrelada ao IPCA, que encerrou o exercício de 2025 em aproximadamente 4,26%, patamar inferior ao teto da meta de inflação estabelecida pelo Conselho Monetário Nacional (CMN).

O exercício de 2025 foi caracterizado por um ambiente de crescimento econômico mais moderado no Brasil, com o Produto Interno Bruto (PIB) registrando expansão estimada em torno de 2,1%, refletindo a desaceleração cíclica da economia após o desempenho observado em 2024. A inflação encerrou o período próxima de 4,3%, dentro do intervalo de tolerância da meta, enquanto a taxa Selic permaneceu em patamar elevado durante grande parte do exercício, pressionando o custo de capital, especialmente para empresas intensivas em investimento, como as do setor de infraestrutura.

Nesse contexto, o setor de telecomunicações manteve-se resiliente, sustentado pela expansão da demanda por conectividade, pelo avanço do processo de digitalização da economia e por iniciativas regulatórias e políticas de incentivo ao investimento, fatores que continuaram a estimular investimentos privados e estrangeiros no setor.

Em 2025, a Companhia manteve abordagem disciplinada na gestão de sua estrutura financeira, com foco na administração do endividamento, na preservação da liquidez e na sustentação de seu plano de expansão, em um ambiente macroeconômico ainda marcado por juros elevados e maior seletividade na alocação de capital.

Aquisição e Controladas

Em maio de 2024, a BTC tornou-se controladora direta da Empresa Ponto Sul, adquirindo 100% de seu capital social.

Em junho de 2024, a BTC LP, controladora da Brazil Tower, Cessão de Infraestrutura S.A., constituiu um Fundo de Investimento Multiestratégia, gerido e administrado pelo Banco BTG Pactual.

Em julho de 2024, a BTC S.A. adquiriu 100% do controle da Z Fiber Provedor de Acesso à Rede de Comunicação S.A. ("Z Fiber"), empresa autorizada a explorar o Serviço de Comunicação Multimídia em todo o território nacional, por prazo indeterminado e sem caráter de exclusividade.

Estratégia e perspectivas

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Em 2025, a estratégia da Brazil Tower Company esteve orientada pela combinação entre disciplina financeira, eficiência operacional e crescimento controlado, em um contexto de mercado marcado por maior seletividade na alocação de capital e demanda estruturalmente elevada por infraestrutura de conectividade. A conclusão da segunda emissão de debêntures contribuiu para o fortalecimento da posição financeira da Companhia, ao reforçar a liquidez, ampliar a previsibilidade dos fluxos de caixa e adequar a estrutura de capital às condições do ambiente macroeconômico vigente.

Amparada por essa base financeira e pela experiência acumulada ao longo de sua trajetória operacional, a Companhia manteve foco na execução de suas atividades, priorizando o cumprimento das metas acordadas com seus acionistas e com seus principais clientes. O desempenho operacional observado reflete a consistência do modelo de negócios e a manutenção de relações comerciais de longo prazo com as principais operadoras de telecomunicação em operação no Brasil, que permanecem relevantes para a estratégia comercial da Companhia.

A expansão do portfólio de obras e o avanço físico dos projetos em execução evidenciam a capacidade operacional da Companhia e ampliam a visibilidade de crescimento, ao mesmo tempo em que indicam disciplina na alocação de recursos e rigor na gestão dos projetos. Em um cenário de expansão contínua da demanda por soluções de conectividade, a Companhia mantém sua atuação como fornecedora relevante de infraestrutura para o setor de telecomunicações, sustentando relações contratuais de longo prazo e contribuindo para a previsibilidade de receitas futuras.

Nesse contexto, parcela dos ativos em operação passou a atingir estágio mais avançado de maturação, com aproximadamente dez anos de operação. Essa fase corresponde a um ciclo mais estável da base de ativos, caracterizado por maior previsibilidade operacional e econômica. A maturação progressiva do portfólio, aliada à escala operacional alcançada, reforça a capacidade da Companhia de sustentar a geração de caixa ao longo do tempo e de administrar seus compromissos financeiros de forma equilibrada.

Para os próximos exercícios, a estratégia da Companhia permanece direcionada à conversão do crescimento operacional em geração de valor sustentável, por meio de expansão planejada, ganhos graduais de eficiência, manutenção da disciplina financeira e fortalecimento contínuo das práticas de governança corporativa. Nesse sentido, a Companhia segue orientada à consolidação de uma estrutura organizacional compatível com a complexidade crescente de suas operações e com as exigências do ambiente regulatório e financeiro.

Em 6 de março de 2025, a Companhia concluiu sua segunda emissão de debêntures, como parte da estratégia de fortalecimento da estrutura de capital e de otimização do perfil do endividamento. A operação teve como objetivos o reforço da liquidez, o alongamento dos prazos da dívida e a adequação das fontes de financiamento ao plano de expansão e aos investimentos previstos, em um ambiente de condições financeiras mais restritivas. A emissão contribuiu para maior previsibilidade do fluxo de caixa e para a gestão do passivo financeiro.

Segue um resumo:

- **Valor captado na segunda emissão: R\$ 625 milhões**
- **Valor pago para liquidação da primeira emissão (Principal + Juros): R\$ 528,9 milhões**
- **Saldo Operação Debêntures Incentivadas: R\$ 96,1 milhões**
- **Aporte de Capital realizado: R\$ 117 milhões**
- **Recebimento de serviços do empréstimo mútuo entre BTC LP e BTC S.A: R\$ 15 milhões**
- **Total de novos recursos disponíveis em caixa e destinados à construção de novos sites: R\$ 228 milhões.**

No contexto de 2025, a Administração intensificou a atenção a aspectos estruturais do negócio,

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

ampliando o foco para além da execução operacional. A evolução da sistematização de processos, o avanço na digitalização das informações e o fortalecimento das práticas de governança corporativa, incluindo a revisão e a adequação de políticas internas, passaram a integrar as prioridades estratégicas da Companhia, em linha com as melhores práticas de mercado e com a crescente complexidade regulatória e financeira de suas operações.

Relacionamento com os auditores independentes

Em conformidade com a Instrução CVM 162/22, informamos que a Companhia adota como procedimento consultar seus auditores independentes, atualmente a Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda. ("EY"), no sentido de assegurar-se de que a prestação de outros serviços não venha a afetar a sua independência e objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria independente. A política da Companhia na contratação de serviços de auditores independentes assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade.

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, a EY não prestou serviços adicionais que ultrapassem 5% dos honorários de auditoria das demonstrações financeiras da Companhia.

Na contratação desses serviços as práticas adotadas pela Companhia se fundamentam nos princípios que preservam a independência do auditor. Esses princípios consistem, de acordo com os padrões internacionalmente aceitos, em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer função de gerência no seu cliente; e (c) o auditor não deve representar legalmente os interesses de seus clientes.

Mensagem final

O exercício de 2025 representou avanço na execução da estratégia da BTC, com a conclusão da segunda emissão de debêntures e a subsequente alocação dos recursos em linha com o plano de investimentos da Companhia. A utilização desses recursos esteve associada à expansão da infraestrutura de conectividade, em um contexto de demanda contratada e de projetos estruturados conforme o cronograma de implantação dos ativos.

Nesse período, a Companhia optou por antecipar a implementação de parte de seu plano de investimentos, ajustando sua capacidade de construção de ativos ao ritmo de contratação e às oportunidades identificadas no mercado. Essa estratégia permitiu o ganho de escala operacional e o fortalecimento da base de ativos, mantendo alinhamento entre acesso a capital, execução operacional e disciplina financeira.

Ao final do exercício social findo em 31 de dezembro de 2025, a Administração registra seu reconhecimento aos clientes, colaboradores, acionistas, fornecedores e parceiros pelo relacionamento mantido ao longo do período.

A Administração

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Disclaimer

Este documento foi preparado pela Brazil Tower, Cessão de Infraestruturas S.A. (BTC) visando indicar a situação geral e o andamento dos negócios da Companhia. O documento é propriedade da Companhia não deverá ser utilizado para qualquer outro propósito sem a prévia autorização escrita da Brazil Tower, Cessão de Infraestruturas S.A. (BTC).

A informação contida neste documento reflete as atuais condições e nosso ponto de vista até esta data, estando sujeitas a alterações. O documento contém declarações que apresentam expectativas e projeções da Companhia sobre eventos futuros. Estas expectativas envolvem riscos e incertezas, podendo, desta forma haver resultados ou consequências diferentes daqueles aqui discutidos e antecipados, não podendo a Companhia garantir a sua realização.

Todas as informações relevantes, ocorridas no período e utilizadas pela Administração na gestão da Companhia, estão evidenciadas neste documento e nas Demonstrações Financeiras.

Brazil Tower, Cessão de Infraestruturas S.A.

Notas Explicativas

Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024 | (milhares de reais)

1. Contexto operacional

Brazil Tower, Cessão de Infraestruturas S.A. ("Brazil Tower", "BTC Brazil" ou "Companhia") foi fundada em 22 de agosto de 2011 e tem sua sede localizada na Alameda Oscar Niemeyer, nº 222, conjunto 303, Nova Lima, Estado de Minas Gerais. As informações contábeis intermediárias da Companhia abrangem a Companhia (individual ou controladora) e suas controladas (conjuntamente referidas como "Grupo" ou "Consolidado").

O Grupo atua, primordialmente, no desenvolvimento, implantação e exploração de infraestruturas de suporte para telecomunicações, por meio da locação de espaços para a instalação de antenas e demais equipamentos em torres de comunicação. Suas atividades compreendem, ainda, a locação ou aquisição de imóveis destinados à implantação dessas infraestruturas, a aquisição de direitos creditórios e a realização de investimentos em outras empresas, na qualidade de sócia ou acionista.

2. Relação de entidade controladas e consolidação

Segue abaixo lista das controladas do Grupo:

	Participação Societária %		Localização
	2025	2024	
Ponto Sul Atividades Imobiliárias Ltda	100	100	Brasil
Z Fiber Provedor de Acesso a Rede de Comunicação S.A.	100	100	Brasil

A Companhia controla uma entidade quando está exposta a, ou detém direitos, a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a investida e possui a capacidade de afetar tais retornos por meio do exercício de poder sobre essa entidade. As demonstrações financeiras das controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que a Companhia passa a exercer o controle, até a data em que o controle deixa de existir.

O controle sobre uma investida é presumido quando a Companhia detém a maioria dos direitos de voto. Nos demais casos, a existência de controle é avaliada com base nos critérios estabelecidos nas normas contábeis aplicáveis, considerando, entre outros aspectos, a capacidade de dirigir as atividades relevantes da investida.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controlada são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial.

Os saldos e transações entre as entidades do Grupo, assim como quaisquer receitas ou despesas não realizadas provenientes dessas transações, são eliminados na consolidação. Os ganhos não realizados em transações com investidas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial são eliminados em relação ao investimento, na proporção da participação da Companhia na investida. As perdas não realizadas são eliminadas da mesma forma que os ganhos não realizados, sendo as perdas não realizadas eliminadas apenas na medida em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

(i) Perda de controle

Quando o Grupo perde o controle sobre uma controlada, o Grupo desreconhece os ativos e passivos e quaisquer participações de não-controladores relacionados à entidade. Qualquer investimento retido na ex-controlada é reconhecido ao valor justo na data em que o controle é perdido, e esse valor justo passa a ser o novo custo do ativo.

Qualquer valor resultante da perda de controle é reconhecido no resultado. Quando um investimento retido é contabilizado usando o método da equivalência patrimonial, essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

Notas Explicativas

(ii) **Investimentos em entidades contabilizados pelo método da equivalência patrimonial**

Os investimentos do Grupo em entidades contabilizadas pelo método da equivalência patrimonial compreendem suas participações em coligadas e empreendimentos controlados em conjunto (*joint ventures*).

As coligadas são aquelas entidades nas quais o Grupo, direta ou indiretamente, tenha influência significativa, mas não controle ou controle conjunto, sobre as políticas financeiras e operacionais. Para ser classificada como uma entidade controlada em conjunto, deve existir um acordo contratual que determine que o Grupo controle compartilhado da entidade e dá ao Grupo direito aos ativos líquidos da entidade controlada em conjunto, e não direito aos seus ativos e passivos específicos.

Tais investimentos são reconhecidos inicialmente pelo custo, o qual inclui os gastos com a transação. Após o reconhecimento inicial, as demonstrações financeiras incluem a participação do Grupo no lucro ou prejuízo líquido do exercício e outros resultados abrangentes da investida até a data em que a influência significativa ou o controle conjunto deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, investimentos em controladas são contabilizados com o uso desse método.

Combinação de negócios

As combinações de negócios são registradas pelo método de aquisição quando o conjunto de atividades e ativos adquiridos caracteriza um negócio e o controle é transferido para o Grupo. A identificação de um negócio considera a existência de um input e um processo substantivo que gerem output. Aquisições de empresas sob controle comum não são tratadas como combinações de negócios.

O Grupo pode aplicar um “teste de concentração”, que simplifica a avaliação ao verificar se substancialmente todo o valor justo dos ativos adquiridos está concentrado em um único ativo ou grupo similar.

A contraprestação transferida e os ativos líquidos identificáveis adquiridos são mensurados a valor justo na data da aquisição. O ágio gerado é testado anualmente para redução ao valor recuperável, enquanto ganhos em compras vantajosas são reconhecidos no resultado. Custos da transação são registrados no resultado, exceto aqueles relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou de patrimônio.

As contraprestações contingentes são mensuradas a valor justo na data da aquisição. Quando classificadas como instrumentos patrimoniais, não são remensuradas; nos demais casos, são ajustadas periodicamente ao valor justo, com as variações reconhecidas no resultado. Pagamentos relacionados a relações pré-existentes entre o Grupo e a adquirida são reconhecidos no resultado do período.

3. Estrutura societária

3.1 Constituição de FIP

Em 1º de abril de 2024, os acionistas deliberaram, em Assembleia Geral Extraordinária, o aumento do capital social no montante de R\$ 17.372, em decorrência da reorganização societária de seus controladores, conforme descrito a seguir.

Em 3 de maio de 2024, foi registrado na Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”) o fundo de investimento em participações denominado Brazil Tower Company Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia (“FIP”), administrado pela BTG Pactual Serviços Financeiros S.A. DTVM e gerido pela BTG Pactual Gestora de Investimentos Alternativos Ltda.

Em 12 de setembro de 2024, foi concluída a reorganização societária da Companhia, por meio da qual o fundo de investimento em participações denominado Brazil Tower Company Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia, inscrito no CNPJ nº 54.996.537/0001-82 (“FIP”), passou a deter a totalidade das ações da Companhia. A Brazil Tower Company, LP, sociedade constituída de acordo com as leis do Estado de Delaware, Estados Unidos da América, inscrita no CNPJ nº 14.105.904/0001-96 (“BTC LP”), então única acionista da Companhia, transferiu a totalidade das ações de emissão da Companhia ao FIP, para fins de integralização das cotas do FIP por ela subscritas. Dessa forma, o FIP

Notas Explicativas

passou a ser o controlador direto da Companhia e o controlador indireto da Ponto Sul Atividades Imobiliárias Ltda., sendo as cotas do FIP detidas pela BTC LP.

3.2 Aquisição de controladas

a) Ponto Sul Atividades Imobiliárias Ltda. (“Ponto Sul”)

Ainda como parte da reorganização societária, em 27 de maio de 2024, a Companhia concluiu a aquisição da totalidade das quotas da Ponto Sul, então classificada como empresa sob controle comum. Na mesma data, a Brazil Tower Company, LP (“BTC LP”), então única quotista da Ponto Sul, transferiu a totalidade de suas quotas para a Brazil Tower Cessão de Infraestruturas S.A. (“Companhia”), que passou a deter 100% de seu capital social.

Adicionalmente, no contexto da estruturação do fundo de investimento em participações, a BTC LP integralizou no fundo a totalidade das ações da Companhia de sua titularidade, passando a figurar como controladora indireta tanto da Companhia quanto da Ponto Sul. A transação, caracterizada como operação entre partes sob controle comum, resultou na inclusão da Ponto Sul como controlada direta da Companhia.

A Ponto Sul tem como principal atividade a aquisição, cessão e gestão de fluxos de caixa provenientes de contratos de locação de imóveis vinculados à implantação e operação de torres de telecomunicações, abrangendo diversas regiões do território nacional.

A aquisição da Ponto Sul insere-se na estratégia do Grupo de ampliar sua atuação no setor de infraestrutura de telecomunicações, por meio da consolidação e gestão de ativos imobiliários associados à operação de torres de transmissão. O modelo de negócios da Ponto Sul consiste na aquisição de fluxos de caixa oriundos de contratos de arrendamento de terrenos, nos quais as torres estão instaladas, contribuindo para maior previsibilidade financeira e para a otimização da estrutura de custos da controladora.

A Administração entende que a aquisição da Ponto Sul poderá gerar sinergias operacionais e financeiras entre as sociedades do Grupo.

A seguir, a composição dos saldos contábeis que viabilizou a reorganização societária, permitindo que a empresa Ponto Sul passasse a ser controlada pela BTC:

Valores contábeis em 30 de abril de 2024		Valores em R\$ mil Ponto Sul
Caixa e equivalentes de caixa		66
Contas a receber		1.602
Cessão de direitos creditórios		39.240
Outros ativos		1.132
Imobilizado		6.578
Total do ativo		48.618
Fornecedores e outras contas a pagar		322
Obrigações sociais e tributárias		99
Outros passivos		61
Empréstimos		35.643
Total do passivo		36.125
Acervo líquido adquirido		12.493

Conforme mencionado anteriormente, a aquisição da Ponto Sul ocorreu no contexto de uma reestruturação societária, na qual a empresa, anteriormente classificada como sob controle comum, passou a ser controlada pela Companhia. Dessa forma, antes da transação, a Companhia tinha um empréstimo a receber da Ponto Sul. Como parte da transferência de quotas, a Companhia liquidou a dívida com a contraparte e se tornou acionista integral. Em adição a isso, não houve nenhuma outra contraprestação paga decorrente da transação sob controle comum. Além disso, não houve reconhecimento de ágio por expectativa de rentabilidade futura (goodwill), uma vez que a alocação do

Notas Explicativas

preço de aquisição refletiu apenas a apropriação do acervo líquido adquirido. O registro tomou como base os valores dos livros da Ponto Sul em 30 de abril de 2024.

b) **Z Fiber Provedor de Acesso à Rede de Comunicação S.A. (“Z Fiber”)**

Em 17 de setembro de 2024, a Companhia adquiriu 100% do capital social da Z Fiber, sociedade autorizada a explorar o Serviço de Comunicação Multimídia (SCM), em todo o território nacional, por prazo indeterminado e sem exclusividade.

A operação foi caracterizada como aquisição de ativos, considerando que a Z Fiber não apresentava atividades operacionais na data da aquisição. O principal ativo adquirido correspondeu ao direito de exploração outorgado pelo Ministério das Comunicações (MCom), registrado no montante de R\$ 440.

O contrato de aquisição previu contraprestação contingente vinculada à emissão, pela Companhia, de debêntures em valor mínimo de R\$ 1.000.000.000 (um bilhão de reais). Em março de 2025, a Companhia concluiu a emissão de debêntures incentivadas e privadas no montante total de R\$ 1.050.000.000 (um bilhão e cinquenta milhões de reais). Em atendimento às condições contratuais pactuadas, foi realizada, em 29 de agosto de 2025, a liquidação do valor ajustado de R\$ 1.760, referente ao percentual remanescente das quotas da Z Fiber.

A aquisição está alinhada à estratégia do Grupo de ampliar e integrar sua atuação no setor de telecomunicações, por meio da combinação de infraestrutura passiva e ativa e do acesso ao mercado de debêntures incentivadas.

3.3 **Aporte de capital Posterior à Reorganização Societária**

Após a realização da Reorganização Societária, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, realizada em 11 de junho de 2024, por unanimidade e sem restrições, aumento do capital social da Companhia, no montante de R\$105.109 integralizado pelo FIP.

4. **Base de preparação**

4.1 **Continuidade operacional**

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto da continuidade operacional, o qual considera que a Companhia será capaz de realizar seus ativos e liquidar seus passivos no curso normal de suas operações, incluindo o cumprimento de obrigações tributárias, com fornecedores, passivos de arrendamento e demais contas a pagar.

Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia apresentou capital circulante negativo no valor de R\$18.660 na Controladora (R\$91.858 em 31 de dezembro de 2024) e de R\$3.320 no Consolidado (R\$73.552 em 31 de dezembro de 2024) e patrimônio líquido de R\$141.638 (R\$45.484 em 31 de dezembro de 2024). No exercício findo em 31 de dezembro de 2025 a Companhia apresentou prejuízo líquido de R\$20.846 (R\$23.829 em 31 de dezembro de 2024), Controladora e Consolidado, e apresentou geração de caixa das atividades operacionais na ordem de R\$43.901 na Controladora (R\$8.683 em 31 de dezembro de 2024) e na ordem de R\$51.403 no Consolidado (R\$8.150 em 31 de dezembro de 2024).

Em 6 de março de 2025, a Companhia concluiu a emissão de debêntures incentivadas (Debêntures de 2ª emissão) na ordem de R\$625.000, cujos recursos foram utilizados parcialmente para a liquidação antecipada da emissão anterior no montante de R\$500.000 (além dos juros referentes às debêntures). Essa operação resultou no reperfilamento do endividamento da Companhia, com impactos positivos e melhorias no perfil de vencimentos da dívida. Adicionalmente, a Companhia pagou prêmio na ordem de R\$11.789 pela antecipação do pagamento das debêntures. Não obstante, os custos de captação na ordem de R\$9.880, referentes às debêntures de 1ª emissão, foram baixados ao resultado.

Adicionalmente, em 24 de março de 2025, o capital social da Companhia foi aumentado em R\$ 117.000, mediante a emissão de 117.000.000 ações ordinárias, fortalecendo a estrutura de capital e contribuindo para a liquidez necessária à manutenção das operações e ao atendimento das obrigações financeiras e de capital de giro.

Notas Explicativas

Com base nas projeções de fluxo de caixa elaboradas pela Administração, que consideram o plano de negócios aprovado, a posição de liquidez atual e o perfil de vencimento de seus passivos, a Administração avalia que a Companhia dispõe de recursos suficientes para fazer frente às suas obrigações nos próximos 12 meses.

Caso haja necessidade de recursos adicionais, a Companhia avalia alternativas de captação, que podem incluir novas emissões de valores mobiliários, aportes de capital por seus acionistas ou eventual alienação de ativos. A Administração entende que possui acesso a fontes de financiamento compatíveis com suas necessidades operacionais e de investimento.

No contexto do planejamento estratégico e da viabilidade da operação, a Administração considera, entre outros fatores:

- a implantação de novas infraestruturas, em linha com os planos de investimento (Capex) das operadoras de telecomunicações, suas clientes, e com as exigências regulatórias aplicáveis;
- a utilização compartilhada das infraestruturas existentes por outras operadoras (collocations);
- a possibilidade de captação de novos investimentos em capital próprio, conforme a evolução das necessidades financeiras da Companhia.

A Administração monitora continuamente a posição de liquidez e a necessidade de capital de giro da Companhia, adotando, quando necessário, medidas para assegurar o equilíbrio financeiro e o cumprimento de suas obrigações conforme os respectivos vencimentos.

4.2 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas contábeis internacionais (IFRS accounting standards), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB)), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão expressas em milhares de Reais (moeda funcional e apresentação da Companhia), exceto se mencionado de outra forma. Quando efetuadas divulgações de montantes em outras moedas, os valores também foram apresentados em milhares, exceto se mencionado de outra forma.

A emissão das demonstrações financeiras foi aprovada pela Diretoria da Companhia em 20 de março de 2026, conforme assembleia geral ordinária.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

A apresentação da DVA é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicável a companhias abertas. A IFRS não requer a apresentação dessa demonstração. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado.

Notas Explicativas

4.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos pagamentos contingentes assumidos em uma combinação de negócios mensurados pelo valor justo.

4.4 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração fez determinados julgamentos e estimativas que afetam a aplicação de políticas contábeis e dos valores registrados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem ser diferentes dessas estimativas.

As estimativas e as premissas são revistas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas de maneira prospectiva.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que podem resultar em efeitos relevantes sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota Explicativa nº 10 – Prazo do arrendamento: se o Companhia tem razoavelmente certeza de exercer opções de prorrogação.

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas nas premissas e estimativas que possuem um risco de resultar em um ajuste material nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota Explicativa nº 8 – Provisão para perdas esperadas de créditos;

Nota Explicativa nº 10 – Ativo de direito de uso: determinação da vida útil do ativo de direito de uso;

Nota Explicativa nº 10 – Taxa incremental para ajuste a valor presente dos passivos de arrendamentos;

Nota Explicativa nº 12 – Imobilizado: determinação da vida útil do imobilizado;

Nota Explicativa nº 16 – Provisão para desmobilização das torres; e

Nota Explicativa nº 24 – Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados.

Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma:

Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.

Nível 2: inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou o passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3: inputs, para o ativo ou o passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na Nota Explicativa nº 25 - Instrumentos financeiros.

Notas Explicativas**5. Normas, alterações e interpretações de normas**

Desde 1º de janeiro de 2025, foram emitidas e entraram em vigor as seguintes novas normas, alterações e interpretações de normas:

Novas normas ou alterações

Alterações ao CPC 02 / IAS 21

Moeda não conversível em outra moeda (ausência de conversibilidade)

Alterações ao CPC 18 (R3) - Investimento em Coligada, Em Controlada e Empreendimento Controlado Em Conjunto e a ICPC 09 - Demonstrações Contábeis Individuais, Demonstrações Separadas, Demonstrações Consolidadas e Aplicação do Método da Equivalência Patrimonial

Aplicação do método da equivalência patrimonial (MEP) para a mensuração de investimentos em controladas nas Demonstrações Contábeis Individuais, refletindo a alteração nas normas internacionais que agora permitem essa prática nas Demonstrações Contábeis Separadas

A Companhia avaliou os impactos das alterações na prática atual e informa que não teve impacto nas Demonstrações Financeiras.

Futuros requerimentos

Data efetiva	Novas normas ou alterações
1º de janeiro de 2026	Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros, alterações ao CPC 48 / IFRS 9 e CPC 40 / IFRS 7
1º de janeiro de 2026	Contracts Referencing Nature-dependent Electricity, alterações ao IFRS 9 e IFRS 7
1º de janeiro de 2026	Annual Improvements to IFRS Accounting Standards – Volume 11
1º de janeiro de 2026	IFRS S1: Estabelece a estrutura para a divulgação de riscos e oportunidades sustentáveis, e a IFRS S2 (Divulgações Relacionadas ao Clima): focada em riscos físicos e de transição climática.
1º de janeiro de 2027	IFRS 18 – Presentation and Disclosure in Financial Statements
1º de janeiro de 2027	IFRS 19 – Subsidiaries without Public Accountability: Disclosures
A ser determinada	Sale or Contribution of Assets between an Investor and its Associate or Joint Venture, alterações ao IFRS 10 e IAS 28

Não se espera que essas alterações em vigor e futuras tenham impactos materiais nas demonstrações financeiras do Grupo.

6. Políticas contábeis materiais**a. Instrumentos financeiros****(i) Reconhecimento e mensuração iniciais**

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Os instrumentos financeiros são inicialmente mensurados ao valor justo, acrescido dos custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. As contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento são mensurados inicialmente ao preço da operação.

(ii) Classificação e mensuração subsequente**Ativos financeiros**

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao valor justo por meio do resultado abrangente (VJORA); ou ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros.

Notas Explicativas

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado a VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos ativos financeiros que não são classificados ao custo amortizado ou a VJORA, conforme descrito acima, são mensurados a VJR.

Avaliação do modelo de negócios

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira, porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Para fins de avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e juros, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 a Companhia somente tinha ativos financeiros classificados ao custo amortizado.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa

Notas Explicativas

de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga é reconhecida no resultado.

(iv) Reforma da taxa de juros

Quando a base para determinar os fluxos de caixa contratuais de um ativo financeiro ou passivo financeiro mensurado ao custo amortizado muda como resultado da reforma da taxa de juros, a Companhia atualiza a taxa de juros efetiva do ativo financeiro ou passivo financeiro para refletir a mudança que é exigida pela reforma. Quando mudanças foram feitas em um ativo financeiro ou passivo financeiro, além de mudanças na base para determinar os fluxos de caixa contratuais exigidos pela reforma da taxa de juros de referência, a Companhia atualiza primeiro a taxa de juros efetiva do ativo financeiro ou passivo financeiro para refletir a mudança que é exigida pela reforma da taxa de juros de referência. Depois disso, a Companhia aplica as políticas contábeis de modificações nas alterações adicionais.

(v) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(vi) Contas a receber

As contas a receber dos clientes refletem os valores a receber de aluguéis de torres no curso normal dos negócios da Companhia. Caso o período de recebimento seja de um ano ou menos, os recebíveis são classificados como ativo circulante. Caso contrário, eles são apresentados como ativo não circulante.

Os valores a receber de clientes são registrados com base no valor do serviço prestado mais os tributos aplicáveis sobre vendas.

A provisão para perdas esperadas de créditos foi baseada em um valor considerado suficiente pela Administração. Para mais detalhes da provisão para perdas esperadas de créditos vide a nota explicativa nº 8.

b. Caixa e equivalentes de caixa

A Companhia considera os depósitos em bancos, certificados de depósitos e investimentos de curto prazo com vencimentos remanescentes de três meses ou menos no momento da aquisição como sendo caixa e equivalentes de caixa.

c. Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Notas Explicativas

Os ativos fixos são mensurados ao custo histórico no momento da aquisição ou da construção, menos a depreciação acumulada e menos qualquer perda por redução ao valor recuperável aplicável.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado) são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

O custo inclui despesas diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo dos ativos construídos pela Companhia inclui: (i) O custo dos materiais e da mão de obra direta; (ii) Quaisquer outros custos incorridos para colocar o ativo no local e em uma condição operável.

Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados, líquidos do seu valor residual, pelo método linear no resultado do exercício com base na vida útil econômica estimada de cada componente. As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado são as seguintes:

	Vida útil	
	31/12/2025	31/12/2024
Torres	20 anos	20 anos
Máquinas e equipamentos	10 anos	10 anos
Computadores e periféricos	5 anos	5 anos
Equipamento de comunicação	10 anos	10 anos
Móveis e equipamentos de escritório	10 anos	10 anos
Gabinets	10 anos	10 anos

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso ou, em caso de ativos construídos internamente, o dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

A revisão da vida útil e dos valores residuais do imobilizado é feita anualmente a partir de laudo preparado internamente pela Companhia.

Reclassificação para propriedade para investimento

Quando o uso da propriedade muda de ocupada pelo proprietário para propriedade para investimento, a propriedade é remensurada ao seu valor justo e reclassificada como propriedade para investimento. Qualquer ganho resultante dessa remensuração é reconhecido no resultado na medida em que o ganho reverta uma perda anterior por redução ao valor recuperável na propriedade específica, sendo que qualquer ganho remanescente é reconhecido como outros resultados abrangentes e apresentado na conta de ajustes de avaliação patrimonial. Qualquer perda é reconhecida imediatamente no resultado. Contudo, na medida em que haja um montante previamente reconhecido como reavaliação dessa propriedade, a perda é reconhecida em outros resultados abrangentes e reduz a reserva de avaliação no patrimônio líquido.

d. Obrigação de desmobilização de ativos

A obrigação de desmobilização de ativos é registrada com base nos custos estimados a serem incorridos com a desativação das torres no final de suas vidas úteis conforme determinado pelo CPC 27 - Ativo Imobilizado e pela ICPC 12 Mudanças em Passivo Por Desativação, Restauração e Outros Passivos Similares. Os custos associados de desmobilização são capitalizados como parte do valor contábil dos ativos relacionados da torre e amortizados ao longo de suas vidas úteis estimadas e o passivo é acumulado através da data de liquidação estimada da obrigação, ambos os valores trazidos a valor presente.

Notas Explicativas

São feitos ajustes no passivo relativo à provisão por desmobilização à medida que ocorrem mudanças nas estimativas de desembolso. Essas remensurações na provisão do passivo tem como contrapartida os ativos subjacentes, no imobilizado.

e. Intangível

Os ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

O ativo intangível da Companhia compreende o direito de exploração das torres objeto do contrato com a Concessionária-040 com prazo de amortização em 30 anos, com base no plano de manutenção específico para as torres objeto deste contrato. Esse intangível foi mensurado pelo valor justo na data da transação.

A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados. A amortização é geralmente reconhecida no resultado.

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são monitorados para a existência de quaisquer indicadores de redução ao valor recuperável. Caso esse indicador exista, o valor recuperável do ativo será estimado.

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024 o saldo total do intangível, no montante de R\$2.169, estava provisionado para perda por ausência de expectativa de benefícios econômicos futuros para a Companhia relacionado ao direito de exploração do contrato com a Concessionária-040. A provisão será revertida à medida que tal ativo aumente os benefícios econômicos futuros. Adicionalmente, o aumento do intangível no exercício decorre da liquidação, em 29 de agosto de 2025, do valor de R\$1.760 referente ao percentual remanescente das quotas da Z Fiber, conforme condições acordadas entre as partes.

f. Redução ao valor recuperável (impairment)

(i) Ativos financeiros não-derivativos

A Companhia mensura a provisão para perda em um montante igual à perda de crédito esperada para a vida inteira, exceto para os itens descritos abaixo, que são mensurados como perda de crédito esperada para 12 meses:

- títulos de dívida com baixo risco de crédito na data do balanço; e
- outros títulos de dívida e saldos bancários para os quais o risco de crédito (ou seja, o risco de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro) não tenha aumentado significativamente desde o reconhecimento inicial.

As provisões para perdas com contas a receber de clientes são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento. Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises

Notas Explicativas

quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito. A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 60 dias de atraso.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando o ativo financeiro estiver vencido há mais de 360 dias.

Para as contas a receber a Companhia aplica uma abordagem simplificada e, por isso, reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis.

A provisão estimada para perdas de créditos de liquidação duvidosa foi baseada em um valor considerado suficiente pela Administração, depois de levar em consideração prováveis contas incobráveis, análise individual de clientes e histórico de perda de 2 anos.

Para os demais ativos financeiros, a cada data de balanço, a Companhia avalia se esses ativos financeiros apresentam problemas de recuperação. Um ativo financeiro apresenta “problemas de recuperação” quando ocorre um ou mais eventos que têm um impacto prejudicial nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram problemas de recuperação inclui os seguintes dados observáveis:

- dificuldades financeiras significativas do devedor;
- quebra de cláusulas contratuais, tais como inadimplência ou atraso de mais de 60 dias;
- reestruturação de um valor devido à Companhia em condições que não seriam aceitas em condições normais;
- a probabilidade que o devedor entrará em falência ou passará por outro tipo de reorganização financeira; ou
- o desaparecimento de mercado ativo para o título por causa de dificuldades financeiras.

A provisão para perdas para ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado é deduzida do valor contábil bruto dos ativos.

A Companhia não realiza a baixa do valor contábil bruto de um ativo financeiro, pois mesmo após o reconhecimento da provisão para perdas mantém a cobrança dos seus recebíveis.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, excluindo impostos diferidos sobre a renda e contribuição social, são revisados em cada data de apresentação para determinar se há uma indicação de uma perda no valor recuperável. No caso de tal indicação, o valor recuperável do ativo será estimado.

O valor recuperável de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa é o maior dos valores em uso ou no valor justo menos o custo de venda. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos valores presentes por meio da utilização da taxa de desconto antes dos impostos que reflete as condições atuais do mercado em relação ao período de recuperabilidade do capital e aos riscos específicos do ativo.

A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo exceda o valor recuperável estimado. As perdas por redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado no exercício em que ocorreram a perda.

A perda de valor recuperável reconhecida em exercícios anteriores é avaliada em cada data de apresentação para qualquer indicação de que a perda aumentou, diminuiu ou não mais existe. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança na estimativa utilizada para determinar o valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é revertida somente em casos em que o

Notas Explicativas

valor contábil do ativo não excede o valor contábil que teria sido determinado, líquido da depreciação ou da amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, não havia indicação de perda por redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros, exceto pelo ativo intangível.

g. Benefícios de curto prazo a empregados

As obrigações de benefício de curto prazo dos empregados são mensuradas em bases não descontadas e incorridas como despesas à medida que os serviços relacionados são prestados.

O passivo é reconhecido para o valor que se espera ser pago nos termos dos planos de bônus em caixa ou participação nos lucros no curto prazo caso a Companhia tenha uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor como função de serviços passados prestados pelo empregado e caso a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

h. Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia tem uma obrigação legal como resultado de evento passado, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são registradas com base na melhor estimativa do risco envolvido.

i. Imposto de renda e contribuição social

A alíquota de imposto de renda do exercício, corrente e diferida, é de 15%, mais um adicional de 10% sobre a parte do lucro tributável que exceder R\$60 no trimestre. Além disso, 9% de imposto é aplicável ao lucro tributável da contribuição social. Até 30% do lucro tributável poderá ser reduzido na apuração do imposto corrente decorrente de prejuízo fiscal e base negativa.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

Despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos e eles se relacionarem a tributos sobre o lucro cobrados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade tributável.

Despesa de imposto de renda e contribuição social diferido

Os impostos diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre o valor contábil do ativo e do passivo para fins contábeis e os valores correspondentes utilizados para fins fiscais. O imposto de renda diferido e a contribuição social são mensurados às alíquotas que se espera sejam aplicadas às diferenças temporárias quando forem revertidas, com base nas leis que foram promulgadas ou substancialmente promulgadas até a data da apresentação das demonstrações financeiras. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida.

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias

Notas Explicativas

existentes. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos e eles se relacionarem a tributos sobre o lucro cobrados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade tributável.

Os ativos fiscais diferidos decorrentes de diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa, consideram a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, que contemplam premissas que são afetadas por condições futuras esperadas da economia e do mercado, além de premissas de crescimento da receita, custos e despesas para o período projetivo de 5 anos.

j. Receita operacional**Vendas de serviços**

O CPC 47/IFRS 15 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se, quando, e por quanto a receita é reconhecida.

Serviços	Natureza	Reconhecimento da receita
Receita de aluguel de espaço nas infraestruturas	Compreende a prestação de serviços de aluguel de espaço nas infraestruturas conforme contratos pelo prazo de 10 anos. As faturas para os serviços de aluguel de torres são emitidas mensalmente e normalmente são recebidas em até 60 dias.	A receita é reconhecida mensalmente, mediante a prestação do serviço.
Receita de arrendamentos de terrenos	Compreende a prestação de serviços de aluguel de terrenos para as quais são emitidas faturas mensalmente e normalmente são recebidas em até 60 dias.	A receita é reconhecida mensalmente, mediante a prestação do serviço.
Receita de adequação de infraestrutura	Compreende a prestação de serviços de melhorias e adequações na infraestrutura das torres por solicitações específicas dos clientes. As faturas são emitidas de acordo com os termos contratuais e geralmente são recebidas em até 60 dias.	A receita é reconhecida mediante conclusão das adequações
Receitas de direitos de crédito provenientes de contratos de arrendamento	Compreende a prestação de serviço de cessão e gestão de fluxo de caixa relacionados a contratos de locação de imóveis associados à torres de comunicação. A Empresa adquire os fluxos de caixa dos arrendamentos de terrenos dos proprietários dos imóveis onde as torres estão instaladas. Nos contratos estão especificados os direitos de cada parte em relação à contratação de uso do espaço.	De acordo com a atividade, a receita é reconhecida pelo regime de competência dos direitos creditórios provenientes de contratos de locação de imóveis celebrados pela Companhia e locadores mensalmente.

k. Arrendamentos como arrendatário

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação.

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento, sendo que cada contrato possui apenas um componente de arrendamento.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo

Notas Explicativas

imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento, descontados pela taxa de juros que corresponde a taxa de empréstimo incremental da Companhia. A taxa de juros média dos arrendamentos em 31 de dezembro de 2025 foi de 12,94% (12,51% em 2024), a depender dos prazos dos contratos de arrendamentos. A taxa incremental é calculada para cada contrato considerando seu prazo e condições no reconhecimento inicial e leva em consideração para a taxa livre de risco, a DI x Pré na data base com vencimento alinhado ao prazo de cada contrato, e para o fator de risco de crédito, o spread da Companhia, em linha com o prazo de cada contrato.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem os pagamentos fixos.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

I. Provisão para demandas judiciais

São constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

m. Resultado por ação

A Companhia efetua o cálculo do resultado por ação básico utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado.

O resultado por ação básico é calculado baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias.

Notas Explicativas

7. Caixa e equivalentes de caixa

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Contas bancárias	50	117	35	26
Aplicações financeiras de curto prazo (i)	93.050	16.302	93.005	16.298
Total	93.100	16.419	93.040	16.324

- (i) Certificados de depósitos bancários com taxas de remuneração de 101% do CDI em 31/12/2025 nas instituições financeiras Banco BTG Pactual S.A e Banco Bradesco S.A (101% em 31/12/2024).

A informação sobre a exposição da Companhia ao risco de crédito relacionado a caixa e equivalentes de caixa está divulgada na nota explicativa nº 25.

8. Contas a receber

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Contas a receber	31.309	26.028	31.301	25.920
Provisão para perda esperada (PECLD)	(705)	(221)	(705)	(221)
Total	30.604	25.807	30.596	25.699
Circulante	30.604	25.807	30.596	25.699

Contas a receber por vencimento

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
A vencer	30.569	25.734	30.561	25.626
Vencidos entre 1 e 30 dias	—	73	—	73
Vencidos entre 31 e 60 dias	—	—	—	—
Vencidos entre 61 e 90 dias	—	—	—	—
Vencidos entre 91 e 360 dias	377	—	377	—
Vencidos acima de 360 dias	363	221	363	221
Total	31.309	26.028	31.301	25.920

Movimentação da provisão para perdas estimadas em contas a receber

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	221	6.337	221	6.337
Aumento	484	5	484	5
Reversão	—	(6.121)	—	(6.121)
Saldo final	705	221	705	221

A informação sobre a exposição da Companhia ao risco de crédito relacionado às contas a receber de clientes está divulgada na nota explicativa nº 25.

Notas Explicativas

9. Direitos creditórios

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Sites	297	338	-	-
Circulante	18	68	-	-
Não circulante	279	270	-	-

Direitos creditórios de contratos de arrendamentos adquiridos pela companhia junto a terceiros. O valor é registrado como ativo financeiro no balanço patrimonial da Companhia.

Esses ativos são registrados pelo custo amortizado, que é determinado com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados.

10. Direito de Uso e Passivos de arrendamento

Os contratos de arrendamento da Companhia seguem um padrão de 10 anos, com duas renovações automáticas, totalizando 30 anos para arrendamentos de *greenfield* e *rooftop*. A renovação depende da decisão da Companhia, que tem a prerrogativa de exercer ou não as opções de prorrogação. Na data de início de cada arrendamento, a Companhia avaliou se era razoavelmente certo que exerceria essas opções e considerou como prazo de arrendamento a vida útil das torres construídas nos espaços arrendados, estimada em 20 anos com base no plano de manutenção. Os contratos mais antigos possuem vencimento em 2032, quando a Companhia iniciará a desmobilização das torres.

Os ativos de direito de uso relacionados aos arrendamentos estão registrados em rubrica específica no balanço patrimonial.

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Direito de uso	465.472	396.675	563.294	481.665
Passivos de arrendamento – circulante	66.036	59.036	79.099	77.482
Passivos de arrendamento – não circulante	455.881	367.301	566.547	468.435
Passivos de arrendamento	521.917	426.337	645.646	545.917

Em 31 de dezembro de 2025 o passivo de arrendamento da Companhia com a controlada Ponto Sul totalizava R\$ 123.729, dos quais R\$13.063 registrados no passivo circulante e R\$110.666 registrados no passivo não circulante (R\$120.151 em 31 de dezembro de 2024, dos quais R\$18.522 registrados no passivo circulante e R\$101.629 registrados no passivo não circulante). O ativo de direito de uso relacionado a esses contratos totalizava R\$ 97.822 em 31 de dezembro de 2025 (R\$84.990 em 31 de dezembro de 2024).

	Consolidado		Controladora	
	Direito de uso	Passivos de arrendamento	Direito de uso	Passivos de arrendamento
Em 31 de dezembro de 2024	396.675	426.337	481.665	545.917
Adições e remensurações (i)	116.727	116.727	118.545	118.545
Amortização do direito de uso	(27.181)	-	(36.916)	-
Juros do arrendamento	-	69.031	-	70.289
Pagamentos de Principal	-	(10.883)	-	(18.816)
Pagamentos de Juros	-	(69.031)	-	(70.289)
Efeitos de eliminação com partes relacionadas (ii)	(20.749)	(10.264)	-	-
Em 31 de dezembro de 2025	465.472	521.917	563.294	645.646
Circulante	-	66.036	-	79.101
Não circulante	465.472	455.881	563.294	566.545

Notas Explicativas

	Consolidado		Controladora	
	Direito de uso	Passivos de arrendamento	Direito de uso	Passivos de arrendamento
Em 31 de dezembro de 2023	394.386	441.369	394.386	441.369
Adições e remensurações (i)				
Amortização do direito de uso	117.962	117.962	117.962	117.962
Juros do arrendamento	(30.683)	—	(30.683)	—
Pagamentos de Principal	—	59.334	—	59.334
Pagamentos de Juros	—	(13.414)	—	(13.414)
Remensuração: Reorganização societária (ii)	—	(59.334)	—	(59.334)
Remensuração: Reorganização societária (ii)	(84.990)	(119.580)	—	—
Em 31 de dezembro de 2024	396.675	426.337	481.665	545.917
Circulante	—	59.036	—	77.482
Não circulante	396.675	367.301	481.665	468.435

- (i) As adições referem-se aos aditivos e novos contratos firmados em 31 de dezembro de 2025 e a remensuração se deve a atualização dos fluxos de pagamentos conforme previsão contratual pelo IGPM ou IPCA, a depender do contrato de arrendamento.
- (ii) Os efeitos da eliminação com partes relacionadas referem-se a ajustes nos fluxos de pagamento relacionados às operações de arrendamento e aos direitos creditórios realizados entre as entidades do grupo, que refletem e foram contabilizados como se fosse uma modificação que alterou a contraprestação a pagar. Os detalhes sobre a dinâmica de relacionamento entre partes relacionadas estão detalhados na nota explicativa 17.

A Companhia estimou as taxas de desconto, com base nas taxas de juros livres de risco observadas no mercado brasileiro, para os prazos de seus contratos, ajustadas à sua realidade e características do contrato de arrendamento ("spread" de crédito). A tabela abaixo evidencia as taxas médias praticadas levando em consideração os prazos dos contratos:

	31/12/2025	31/12/2024
	Taxa a.a.	Taxa a.a.
Até 13 anos	10,72%	10,84%
De 14 anos a 16 anos	13,74%	10,77%
De 17 anos a 20 anos	15,50%	14,82%
Taxa média	12,94%	12,50%

Os montantes mínimos a serem pagos, considerando contraprestação não descontadas, para o tempo remanescente dos aluguéis contratados até 31 de dezembro de 2025 e classificados como arrendamento são como segue:

Ano	Consolidado	Controladora
2026	79.090	97.642
2027	79.090	97.642
2028	79.090	97.642
2029	79.090	97.642
2030	79.090	97.642
2031 em diante	846.521	961.995
Total	1.241.971	1.450.205
Juros embutidos	(720.054)	(804.559)
Saldo de Arrendamentos	521.917	645.646
Valor Presente do Fluxo Nominal (3,33% a.a.)	590.297	725.900
Incremento	68.380	80.254

Conforme disposto na nota explicativa 6.k, a Administração utilizou a técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação projetada nos fluxos a serem descontados. Caso a Companhia tivesse considerado a inflação (substancialmente IGP-M) em seu fluxo de caixa o efeito sobre os ativos de direito de uso e os arrendamentos seria um incremento aproximado de R\$80.254 (Controladora) e 68.380 (Consolidado).

11. Investimento

Notas Explicativas

a) Composição

O quadro a seguir sumariza o saldo investimentos em 31 de dezembro de 2025:

	Participação (%)	Saldo 31/12/2025	Saldo 31/12/2024
Ponto Sul	100%	35.647	42.080
Z Fiber	100%	279	103
		35.926	42.183

A aquisição da Z Fiber e da Ponto Sul foi realizada, conforme detalhado na Nota Explicativa nº3.

b) Movimentação

	Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	42.183	-
Investimento inicial	-	35.663
Aumento de participação em controlada (sem efeito caixa)	-	12.935
Dividendos Recebidos	(15.470)	(10.382)
Resultado Equivalência Patrimonial	9.213	3.967
Saldo final	35.926	42.183

12. Imobilizado

a) Composição

	Taxa de depreciação	Consolidado					
		31/12/2025			31/12/2024		
		Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Torres	5%	623.790	(132.967)	490.823	466.760	(105.850)	360.911
Desmobilização das torres	5%	9.972	(2.562)	7.410	8.141	(3.744)	4.397
Máquinas e equipamentos	10%	52	(28)	24	52	(23)	29
Computadores e periféricos	20%	315	(210)	105	282	(161)	120
Equipamento de comunicação	10%	57	(40)	17	57	(36)	21
Móveis e equipamentos de escritório	10%	135	(69)	66	135	(57)	78
Gabinetes	10%	26.405	(2.864)	23.541	19.749	(753)	18.995
Imobilizado em andamento		82.849	-	82.849	53.556	-	53.556
Terrenos		7.463	-	7.463	7.463	-	7.463
Outros ativos fixos		626	(156)	470	627	(94)	534
Total		751.664	(138.896)	612.768	556.822	(110.718)	446.104

	Taxa de depreciação	Controladora					
		31/12/2025			31/12/2024		
		Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Torres	5%	623.790	(132.967)	490.823	466.760	(105.849)	360.911
Desmobilização das torres	5%	9.972	(2.562)	7.410	8.141	(3.744)	4.397
Máquinas e equipamentos	10%	52	(28)	24	52	(23)	29
Computadores e periféricos	20%	315	(210)	105	281	(161)	120
Equipamento de comunicação	10%	57	(40)	17	57	(36)	21
Móveis e equipamentos de escritório	10%	135	(69)	66	135	(57)	78
Gabinetes	10%	26.405	(2.864)	23.541	19.749	(754)	18.995
Imobilizado em andamento		82.849	-	82.849	53.556	-	53.556
Outros ativos fixos		626	(156)	470	628	(94)	534
Total		744.201	(138.896)	605.305	549.359	(110.718)	438.641

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024, não havia indicação de perda por redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros.

Notas Explicativas

b) Movimentação

Consolidado	01/01/2025	Adições	Remensuração	Transferências	Baixa	Depreciação	31/12/2025
Torres	360.912	10	—	157.018	—	(27.117)	490.823
Desmobilização das torres	4.397	8.743	(5.375)	—	—	(355)	7.410
Máquinas e equipamentos	30	—	—	—	—	(6)	24
Computadores e periféricos	119	32	—	—	—	(46)	105
Equipamento de comunicação	21	—	—	—	—	(4)	17
Móveis e equip. de escritório	77	—	—	—	—	(11)	66
Gabinets	18.995	—	—	6.656	—	(2.110)	23.541
Imobilizado em andamento	53.556	192.967	—	(163.674)	—	—	82.849
Terrenos	7.463	—	—	—	—	—	7.463
Outros ativos fixos	535	—	—	—	—	(65)	470
Total	446.104	201.752	(5.375)	—	—	(29.714)	612.768

Consolidado	01/01/2024	Adições	Remensuração	Transferências	Baixa	Depreciação	31/12/2024
Torres	303.779	144	—	78.415	—	(21.426)	360.912
Desmobilização das torres	6.794	3.680	(5.674)	—	—	(403)	4.397
Máquinas e equipamentos	7	26	—	—	—	(3)	30
Computadores e periféricos	127	37	—	—	—	(45)	119
Equipamento de comunicação	26	—	—	—	—	(5)	21
Móveis e equip. de escritório	65	24	—	—	—	(12)	77
Gabinets	—	—	—	19.748	—	(753)	18.995
Imobilizado em andamento	24.595	127.636	—	(98.163)	(512)	—	53.556
Terrenos	—	7.463	—	—	—	—	7.463
Outros ativos fixos	718	—	—	—	(121)	(63)	534
Total	336.111	139.010	(5.674)	—	(633)	(22.710)	446.104

Controladora	01/01/2025	Adições	Remensuração	Transferências	Baixa	Depreciação	31/12/2025
Torres	360.912	10	—	157.018	—	(27.117)	490.823
Desmobilização das torres	4.397	8.743	(5.375)	—	—	(355)	7.410
Máquinas e equipamentos	30	—	—	—	—	(6)	24
Computadores e periféricos	119	32	—	—	—	(46)	105
Equipamento de comunicação	21	—	—	—	—	(4)	17
Móveis e equip. de escritório	77	—	—	—	—	(11)	66
Gabinets	18.995	—	—	6.656	—	(2.110)	23.541
Imobilizado em andamento	53.556	192.967	—	(163.674)	—	—	82.849
Outros ativos fixos	535	—	—	—	—	(65)	470
Total	438.641	201.752	(5.375)	—	—	(29.714)	605.305

Controladora	01/01/2024	Adições	Remensuração	Transferências	Baixa	Depreciação	31/12/2024
Torres	303.779	144	—	78.415	—	(21.426)	360.912
Desmobilização das torres	6.794	3.680	(5.675)	—	—	(403)	4.397
Máquinas e equipamentos	7	26	—	—	—	(3)	30
Computadores e periféricos	128	38	—	—	—	(45)	121
Equipamento de comunicação	26	—	—	—	—	(5)	21
Móveis e equip. de escritório	65	24	—	—	—	(12)	77
Gabinets	—	—	—	19.748	—	(753)	18.995
Imobilizado em andamento	24.595	127.636	—	(98.163)	(512)	—	53.556
Outros ativos fixos	717	—	—	—	(121)	(63)	533
Total	336.111	131.548	(5.675)	—	(633)	(22.710)	438.641

O saldo do imobilizado em andamento compreende as torres em construção. O prazo médio de conclusão da construção de uma torre é de 6 meses.

A desmobilização das torres compreende estimativas de gastos para desmobilizar as torres trazidos a valor presente pela taxa NTN-B na data base e de acordo com os prazos de desmobilização. Em 31 de dezembro de 2025 a taxa de desconto média foi de 7,17% (7,46% em 31 de dezembro de 2024). A sua contabilização de adição/remensuração é registrada em contrapartida ao passivo com desmobilização de ativos e compreende os gastos de desmobilização estimados para as novas torres e a remensuração da taxa de desconto. As adições e remensurações não possuem efeito caixa.

Notas Explicativas

13. Fornecedores

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Fornecedores nacionais	18.757	13.430	17.923	12.863
Total	18.757	13.430	17.923	12.863

A informação sobre a exposição da Companhia ao risco de liquidez relacionado a fornecedores está divulgada na nota explicativa nº 25.

14. Obrigações tributárias

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Retenção da seguridade social a pagar (INSS)	429	512	429	512
Imposto de serviço retido na fonte pagável (ISS) (i)	9.632	6.894	9.632	6.894
COFINS	606	416	573	383
Contribuições sociais retidas na fonte	321	193	321	193
PIS	124	87	117	80
Retenção de impostos sobre serviços de empresas	32	163	32	163
Retenção de imposto sobre o aluguel	174	117	174	117
Provisão para riscos (ii)	13.744	21.003	13.744	21.003
Outros impostos a pagar	22	1	16	–
Total	25.084	29.386	25.038	29.345

- (i) Retenção de Imposto Sobre Serviços (ISS) na fonte incidente sobre os serviços contratados pela Companhia, conforme legislação vigente, enquanto não liquidados.
- (ii) Passivo fiscal de IRPJ e CSLL de juros pagos sobre os empréstimos em moeda estrangeira entre os exercícios de 2019 a 2022, deduzidos da base tributável conforme estabelecido pela Lei 12.249.

Notas Explicativas

15. Debêntures

Em 06 de março de 2025 foi concluído com sucesso a 2ª Emissão de Debêntures Simples, não conversíveis em ações da espécie, com garantia real, com garantia fidejussória adicional, em série única, para distribuição pública, sob rito de registro automático da Companhia, no montante de R\$625.000, por meio da emissão de 625.000 (seiscentos e vinte e cinco mil) de Debêntures, com valor nominal unitário de 1.000,00 (mil reais) (“Valor Nominal Unitário”).

As debêntures possuem pagamento semestral dos juros, sendo corrigido pelo IPCA mais spread de 10,7609% a.a., a partir de agosto de 2025 e liquidação total em fevereiro de 2039.

Parte dos recursos captados por meio da nova emissão, R\$528.888, foi destinada à liquidação das debêntures anteriores (1ª emissão).

O valor residual dos recursos captados tem como objetivo financiar a continuidade das obras de construção, modernização e expansão da infraestrutura de telecomunicações, abrangendo a implementação e a ampliação da Rede de Acesso, da Rede de Transporte e das demais infraestruturas de suporte à prestação de serviços de comunicação.

A composição de debêntures está demonstrada a seguir:

Indexador + Juros (a.a.)		Ano de vencimento	Consolidado	
			31/12/2025	31/12/2024
			Valor contábil	Valor contábil
Subscrição 1ª emissão				
Série única	DI (B3) + 4,5%	Dez/2028	–	488.960
Subscrição 2ª emissão				
Série única	IPCA + 10,7609%	Mar/2039	638.741	–
Total de debêntures			638.741	488.960
Circulante			42.727	23.111
Não Circulante			596.014	465.849

A captação das debêntures de 2ª emissão constituiu emissão de nova dívida com novos termos, credores e prazo, com liquidação integral das debêntures de 1ª emissão. Dessa forma, os saldos relacionados às debêntures de 1ª emissão, incluindo os custos de transação associados no valor de R\$9.880, foram integralmente baixados.

A movimentação de debêntures está demonstrada a seguir:

	Consolidado e Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	488.960	506.749
Pagamento de debêntures (1ª emissão)	(500.000)	–
Captação debêntures (2ª emissão), líquido de custos de transação	593.036	–
Juros provisionados	91.329	75.445
Juros pagos	(46.895)	(95.749)
Amortização	12.311	2.515
Saldo final	638.741	488.960

Notas Explicativas

Cláusulas restritivas (covenants)

Nos termos do 2º Aditivo à Escritura de Emissão, a Companhia está sujeita à observância de *covenants* financeiros, calculados trimestralmente a partir do *Completion* Físico dos projetos ou, alternativamente, a partir de 30 de junho de 2026, o que ocorrer primeiro. Os principais indicadores exigidos são:

Covenant	Limite Contratual
Dívida Líquida Financeira / EBITDA Ajustado (i)	≤ 5,0x até dez/2028 e ≤ 4,5x a partir de jan/2029
Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) (ii)	≥ 1,20x

- (i)
- O EBITDA Ajustado não deve ser interpretado como medida de desempenho contábil, mas sim como indicador contratual de performance operacional utilizado exclusivamente para fins de monitoramento de *covenants* financeiros previstos na Escritura de Emissão. Esse indicador é apurado a partir da seguinte composição:

Descrição	Critério de inclusão/exclusão	Sinal
Receita Líquida (incluindo contratos em carência)	Receitas de contratos com clientes, incluindo contratos em período de carência de pagamento/faturamento	+
Aluguéis pagos a terceiros	Pagamentos de arrendamento reconhecidos contabilmente conforme IFRS 16	-
Custos de Operação	Custos relacionados à operação das torres (energia, manutenção, seguros e outros)	-
SG&A	Conforme demonstração do resultado do exercício (DRE)	-
Créditos de PIS/COFINS	Créditos tributários incidentes sobre arrendamentos	+

- (ii)
- O Serviço da Dívida é composto pelos pagamentos de juros e amortizações de principal das dívidas financeiras, excluídas as obrigações de arrendamento e dívidas subordinadas.

Os índices acima não são exigíveis contratualmente até a data do primeiro teste formal, previsto para 31 de março de 2026, mas já são acompanhados pela Administração com o objetivo de antecipar medidas mitigatórias. Portanto, em 31 de dezembro de 2025, a Companhia não se encontra sujeita à verificação formal dos *covenants* financeiros.

16. Desmobilização de ativos

Compreende estimativas de gastos para desmobilizar as torres, com base em cotações obtidas com fornecedores, trazidos a valor presente pela taxa NTN-B na data base e de acordo com os prazos de desmobilização de 2032 a 2042. Em 31 de dezembro de 2025 a taxa de desconto média foi de 7,17% (6,32% em 31 de dezembro de 2024).

	Consolidado e Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024
Provisão para desembolso com desmobilização de ativos	40.060	31.320
(-) Ajuste a valor presente	(25.151)	(20.655)
Total	14.909	10.665

Movimentação:

	Consolidado e Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial	10.665	11.996
Atualização do passivo	876	664
Remensuração do passivo	3.368	(1.995)
Saldo final	14.909	10.665

Notas Explicativas**17. Transações com partes relacionadas**

A Administração identificou como partes relacionadas os seus acionistas controladores, administradores, conselheiros, demais membros do pessoal-chave da Administração e seus respectivos familiares.

As transações entre partes relacionadas, quando existentes, são realizadas dentro das condições acordadas entre as partes, com base em critérios de razoabilidade e alinhadas às práticas de governança adotadas pela Companhia. Os saldos e operações registradas estão detalhados nas tabelas a seguir:

	Natureza	Relacionamento da BTC	Consolidado		Controladora	
			31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativo						
Empréstimos a receber						
Brazil Tower Company, LP	Empréstimos concedidos	Controladora indireta	113.869	103.157	113.869	103.157
Direito de uso						
Ponto Sul Atividades Imobiliárias Ltda	Direito de uso com aquisição de direitos creditórios	Controlada	–	–	97.822	84.990
Total			113.869	103.157	211.691	188.147
Passivo						
Passivos de arrendamento						
Ponto Sul Atividades Imobiliárias Ltda	Obrigações de Arrendamento	Controlada	–	–	123.729	120.151
Total			–	–	123.729	120.151

	Natureza	Relacionamento da BTC	Consolidado		Controladora	
			31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Resultado						
Despesas						
Ponto Sul Atividades Imobiliárias Ltda	Arrendamentos de terrenos	Controlada	–	–	(10.993)	(8.482)
Resultado Financeiro						
Brazil Tower Company, LP	Receitas Financeiras	Controladora indireta	25.714	15.045	25.714	15.045
Brazil Tower Company, LP	Despesas Financeiras	Controladora indireta	–	(16)	–	(16)
Total			25.714	15.029	14.271	6.547

Os principais saldos de ativos e passivos com partes relacionadas, bem como os efeitos nos resultados, estão apresentados a seguir, com base nas datas de 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024:

a) Empréstimos a receber

		Consolidado		Controladora	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Brazil Tower Company, LP (i)	Controlador indireto	113.869	103.157	113.869	103.157
Total		113.869	103.157	113.869	103.157

- (i) Empréstimos em reais a receber de parte relacionada com a taxa de DI (B3) mais 4,5% spreads no prazo de 90 dias, já vencidos. No mês de agosto de 2024 a operação teve um aditamento, alterando o vencimento para 30 de março de 2025, com pagamento trimestral dos juros. No entanto, em 30 de março de 2025, a Companhia firmou o segundo aditamento contratual alterando o prazo de vencimento para fevereiro de 2039 e remuneração à taxa de 11,5% a.a., e recebeu o montante de R\$15.000 a título de juros, dos quais R\$14.564 referiam-se a valores vencidos em 31 de dezembro de 2025. Dessa forma, o valor de R\$25.276 foi apresentado no ativo circulante (R\$14.564 em 31 de dezembro de 2024) e R\$88.593 foi apresentado no ativo não circulante (R\$88.593 em 31 de dezembro de 2024).

Notas Explicativas**b) Movimentação dos empréstimos a receber e a pagar**

	Consolidado			
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante
	Brazil Tower Company, LP	Brazil Tower Company, LP	Brazil Tower Company, LP	Brazil Tower Company, LP
1 de janeiro de 2025	14.564	88.593	-	-
Adições	-	-	-	-
Juros	25.712	-	-	-
Pagamentos de juros	(15.000)	-	-	-
31 de dezembro de 2025	25.276	88.593	-	-

	Consolidado e Controladora			
	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante
	Brazil Tower Company, LP	Brazil Tower Company, LP	Brazil Tower Company, LP	Brazil Tower Company, LP
1 de janeiro de 2024	-	96.017	-	-
Adições	-	-	-	-
Juros	15.226	-	-	-
Transferência para curto prazo	7.424	(7.424)	-	-
Pagamentos de juros	(8.086)	-	-	-
31 de dezembro de 2024	14.564	88.593	-	-

c) Operações com pessoal chave da Administração

A remuneração do pessoal chave da Administração inclui salários:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Remuneração global (i)	8.310	1.269	8.070	1.269
Total	8.310	1.269	8.070	1.269

(i) Aumento de valor devido bonificação aprovada pelo Conselho.

d) Acionistas e controladores

A companhia é a única controladora, quotista e acionista das sociedades Ponto Sul e Z Fiber classificadas como suas subsidiárias integrais.

O controle direto da Companhia é exercido pela Brazil Tower Company Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia ("FIP"), da qual a Brazil Tower Company LP é a única quotista.

A controladora final da Companhia é a 1848 Capital Partners LLC ("1848") que tem como acionistas:

- John Joseph Sicilian – 33,33%
- David William Neihardt – 33,33%
- Joseph Edward DaGrosa Jr. – 33,33%

A BTC Management II, LLC, empresa constituída e controlada pela 1221 Capital Partners ("1221"), é administradora da estrutura no Brasil. A 1221 tem a seguinte estrutura acionária:

- Thomas Staz – 35%
- John Sicilian – 35%
- Joshua C. Wood – 20%
- James R. Tolzien -10%

Notas Explicativas

Adicionalmente, destaca-se que a 1221 e a 1848 compartilham parte de seus membros na administração, evidenciando a existência de administração comum entre as entidades.

A informação sobre a exposição da Companhia aos riscos de créditos, liquidez, câmbio e juros relacionados aos empréstimos com partes relacionadas estão divulgados na nota explicativa nº 25.

e) Passivo de arrendamento

	Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024
Passivo de arrendamento com partes relacionadas (i)	9.912	10.249
Passivo de arrendamento com aquisição de direitos creditórios pela Ponto Sul (ii)	113.817	109.902
Total	123.729	120.151
Circulante	13.063	18.522
Não circulante	110.666	101.629

- (i) Refere-se aos contratos de arrendamento dos terrenos de propriedade da Ponto Sul com a Companhia, os quais estabelecem as condições de uso e exploração dos imóveis, permitindo que a empresa desenvolva suas operações e projetos de infraestrutura. A Companhia considerou como prazo de arrendamento a vida útil das torres construídas nos espaços arrendados, estimada em 20 anos com base no plano de manutenção, consistente com a política do Grupo. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2025 não houve alteração dos termos contratuais. Em caso de inadimplemento, é usual a aplicação de multa de 2% sobre o valor em atraso, em linha com os demais contratos de arrendamento.
- (ii) Refere-se a contratos de arrendamento dos quais a Ponto Sul adquiriu o direito creditório dos aluguéis a serem pagos mensalmente pela BTC S.A. A Companhia considerou como prazo de arrendamento a vida útil das torres construídas nos espaços arrendados, estimada em 20 anos com base no plano de manutenção, consistente com a política do Grupo. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2025 não houve alteração dos termos contratuais. Em caso de inadimplemento, é usual a aplicação de multa de 2% sobre o valor em atraso, em linha com os demais contratos de arrendamento.

A Ponto Sul atua na gestão e aquisição de direitos creditórios relacionados a contratos de arrendamento de terrenos com terceiros, utilizados pela BTC para a instalação de torres de telecomunicação. A BTC firma contratos de arrendamento de longo prazo com proprietários de terrenos, garantindo a disponibilidade das áreas para suas infraestruturas. Para otimizar o fluxo de caixa e reduzir sua exposição financeira, a Ponto Sul adquire antecipadamente os direitos creditórios desses contratos, realizando o pagamento à vista aos proprietários. Como resultado, a BTC passa a efetuar os pagamentos mensais de aluguel diretamente para a Ponto Sul nos mesmos termos inicialmente previstos no contrato de arrendamento. Não houve aquisição de direitos creditórios pela Ponto Sul sobre contratos de arrendamentos da BTC nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e 2024.

Notas Explicativas**18. Provisão para demandas judiciais**

A Companhia possui contingências administrativas e judiciais de naturezas tributária, cível e trabalhista. A determinação da provisão necessária para essas contingências foi efetuada após análise de cada ação e com base na opinião dos seus assessores jurídicos, a Administração mensurou e reconheceu provisão para os processos com probabilidade de perda provável a seguir:

	Consolidado e Controladora			
	01/01/2025	Adições	Reversões	31/12/2025
Trabalhistas	197	17	–	214
Cíveis	99	10	–	109
Total	296	27	–	323

	Consolidado e Controladora			
	01/01/2024	Adições	Reversões	31/12/2024
Trabalhistas (i)	3.319	–	(3.122)	197
Cíveis	93	6	–	99
Total	3.412	6	(3.122)	296

- (i) Em 2024 a Companhia reverteu provisões para demandas judiciais trabalhistas no montante de R\$ 3.122, com base na avaliação de seus assessores jurídicos externos. A atualização das avaliações indicou a reclassificação do risco de perda de provável para possível ou remoto em determinados processos, em decorrência de evoluções favoráveis no andamento processual.

Resumo das ações classificadas como risco provável e provisionadas

Ao exercer o julgamento sobre a possibilidade de perda de uma ação, os assessores da Companhia levam em conta as particularidades do andamento processual, como um recurso negado, uma sentença desfavorável e o histórico de julgamentos semelhantes.

- Ações trabalhistas: Referem-se às ações que têm por objeto reivindicar o pagamento de verbas rescisórias, multa do art. 477 e 467, pagamento em dobro dos domingos e feriados laborados, RSR, e respectivos reflexos, indenização substitutiva do seguro-desemprego, indenização de um salário por cada ano de trabalho (ausência de cadastro no RAIS), indenização por danos materiais em razão dos honorários advocatícios convencionados. Adicionalmente, tratam-se de processos que exigem AP proporcional, férias em dobro simples e proporcionais + 1/3, indenização ao dado existencial e moral, reconhecimento de vínculo, pagamento do FGTS e da multa de 40%, liberação dos depósitos do FGTS, indenização: (i) substitutiva do seguro desemprego, (ii) do vale refeição, (iii) substitutiva pelo não fornecimento do plano de saúde, (iv) substitutiva pela não disponibilização do convênio farmácia, (v) do vale transporte, PLR, adicional de transferência, baixa na CTPS.
- Ações cíveis: Referem-se a demandas judiciais decorrentes de controvérsias contratuais relacionadas à locação de terrenos para instalação de torres, abrangendo, entre outros pontos, discussões sobre valores de aluguel, critérios de reajuste e demais obrigações previstas nos contratos.

Resumo das contingências classificadas como possíveis e não provisionadas

Com base nas informações e avaliações de seus assessores jurídicos, a Administração mensurou as seguintes contingências passivas com probabilidade de perda possível:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Tributárias	–	30	–	30
Trabalhistas	–	–	–	–
Cíveis	40	40	40	40
Total	40	70	40	70

- Ações tributárias:
Trata-se da execução de crédito não tributário, relativo à cobrança de indenização que deveria ser paga ajustado com o município, bem como multa por descumprimento de cláusulas.
- Ações trabalhistas:
Referem-se às ações que têm por objeto reivindicar reversão da justa causa, verbas rescisórias (aviso prévio, saldo de salário, férias integrais em dobro e proporcionais + 1/3, 13º salário e FGTS + 40%, liberação das guias para seguro-desemprego), horas extras + reflexos, acúmulo de função e dano moral. Além disso, os processos trabalhistas movidos contra à Companhia exigem o reconhecimento de vínculo laboral entre as partes e questionamentos sobre diferença salarial.
- Ações cíveis:
Referem-se a demandas judiciais decorrentes de controvérsias contratuais relacionadas à locação de terrenos para instalação de torres, abrangendo, entre outros pontos, discussões sobre valores de aluguel, critérios de reajuste e demais obrigações previstas nos contratos

Depósitos judiciais

Referem-se a garantias judiciais. As ações que compõem esse ativo não circulante estão classificadas conforme demonstrado a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Tributárias	54	52	54	52
Trabalhistas	86	158	86	158
Cíveis	2.129	1.897	2.129	1.897
Total	2.269	2.107	2.269	2.107

Os saldos de depósitos judiciais são apresentados na rubrica de “Outras contas a receber”, integralmente no ativo não circulante.

Notas Explicativas

19. Patrimônio líquido

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2025, após a reestruturação societária detalhada na Nota explicativa nº 3, o capital social integralizado era de R\$328.808 dividido em 328.808.182 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal e em 31 de dezembro 2024 era de R\$211.808, dividido em 211.808.182 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, conforme abaixo:

	Controladora					
	31/12/2025			31/12/2024		
	Quantidade de ações	Valor (R\$)	%	Quantidade de ações	Valor (R\$)	%
Brazil Tower Company Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	211.808.182	211.808.182	64	211.808.182	211.808.182	100
Brazil Tower Company Holding S.A. (i)	117.000.000	117.000.000	36	–	–	–
Total	328.808.182	328.808.182	100	211.808.182	211.808.182	100

(i) Em 24 de março de 2025, o capital social da Companhia foi aumentando em R\$117.000 através da emissão de 117.000.000 ações integralizadas pela Brazil Tower Company Holding S.A., controladora do Brazil Tower Company Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia.

b) Reserva legal

Sobre o lucro do exercício será constituída reserva legal de 5%, até atingir 20% do capital social, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e o Estatuto Social, podendo tal reserva ser utilizada para absorção de prejuízo acumulado.

Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro 2024, a Companhia não constituiu reserva legal, pois teve prejuízo no período e ainda possui saldo de prejuízo acumulado.

c) Dividendos

Mediante a aprovação dos acionistas, o lucro líquido pode ser distribuído aos membros em proporção ao capital social ou retido de acordo com a lei. Os dividendos mínimos obrigatórios são de 25% sobre o lucro líquido após a constituição das reservas estatutárias e após a absorção dos prejuízos acumulados. Em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro 2024, apurou resultado líquido negativo, sendo assim, a Companhia continua a não fazer a distribuição dos dividendos mínimos obrigatórios em virtude da absorção dos prejuízos acumulados nos preceitos do artigo 189 da Lei 6.404/76.

d) Resultado por ação

O quadro abaixo apresenta os dados de resultado e ações utilizados no cálculo do lucro básico por ação:

	Básico		Diluído	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Prejuízo atribuível aos acionistas da Companhia	(20.846)	(23.829)	(20.846)	(23.829)
Quantidade de ações ordinárias em poder dos acionistas	302.202	211.808	302.202	211.808
Resultado por ação (em reais)	(0,07)	(0,11)	(0,07)	(0,11)

A Companhia não possuía ações ordinárias potenciais diluidoras em 31 de dezembro de 2025 e 31 de dezembro de 2024.

Notas Explicativas**20. Receita**

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita de adequação de infraestrutura	633	986	401	986
Receita de aluguel de infraestruturas	85.037	64.679	85.037	64.679
Receita de arrendamentos de terrenos	106.746	88.949	106.747	88.849
Receita de reembolso de energia	175	—	255	—
Receita de direitos creditórios	265	213	—	—
Receita bruta	192.856	154.827	192.440	154.514
Impostos sobre a receita bruta	(8.165)	(6.212)	(7.925)	(6.008)
Receita líquida	184.691	148.615	184.515	148.506

Receita de contratos com clientes

As receitas de aluguel de infraestrutura e arrendamento de terrenos é determinada a partir de contratos estruturados em dois níveis: um Contrato Master, que define as condições comerciais gerais com cada cliente, e um Formulário de Cessão de Uso (FCU) emitido por infraestrutura de uso, que especifica os detalhes técnicos e comerciais por localidade. A receita é reconhecida somente a partir da data em que há a confirmação da disponibilização da estrutura para instalação. Dessa forma, a Companhia possuía montante de R\$ 3.084 em 31 de dezembro de 2025 (R\$ 2.064 em 31 de dezembro de 2024) referente a contratos de locação de torres, para os quais não houve reconhecimento de receita no resultado do exercício, por estarem subordinados ao cumprimento do respectivo termo contratual.

21. Custo dos serviços prestados

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Despesas com energia e seguros	(749)	(759)	(751)	(759)
Serviços Terceiros	(1.014)	—	(1.014)	—
Depreciação	(26.933)	(20.587)	(26.934)	(20.587)
Depreciação do direito de uso	(27.181)	(25.956)	(36.916)	(30.684)
Outros custos	(728)	—	(492)	—
Total	(56.605)	(47.302)	(66.107)	(52.030)

22. Despesas gerais e administrativas

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Despesas de pessoal (i)	(15.293)	(6.779)	(15.289)	(6.771)
Serviços terceirizados	(2.052)	(3.053)	(1.697)	(2.828)
Alugueis	(422)	(607)	(422)	(607)
Taxas e despesas legais	(2.308)	(1.154)	(2.299)	(1.147)
Serviços de contabilidade e auditoria	(1.451)	(1.422)	(1.399)	(1.388)
Serviços jurídicos	(442)	(1.685)	(442)	(1.685)
Gerais e administrativas	(2.400)	(1.031)	(2.368)	(1.030)
Outras receitas e despesas	—	(34)	—	(34)
Total	(24.368)	(15.765)	(23.916)	(15.490)

- (i) Aumento decorre, substancialmente, de bonificação aprovada pelo Conselho.

Notas Explicativas**23. Despesas financeiras, líquidas**

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Rendimento aplicação de curto prazo	19.057	3.713	19.057	3.713
Descontos obtidos	50	26	50	26
Juros Ativos	25.714	15.045	25.714	15.045
Variação monetária	979	382	979	382
Receita financeira	45.800	19.166	45.800	19.166
Juros sobre debêntures e variação monetária	(91.329)	(75.750)	(91.329)	(75.750)
Juros de arrendamento	(69.031)	(59.334)	(70.289)	(59.334)
Custos de captação (i)	(12.311)	(3.233)	(12.311)	(3.233)
Juros a pagar	(962)	(4.907)	(958)	(4.906)
Imposto sobre operações financeiras (IOF)	(522)	(1.325)	(520)	(1.324)
Atualização provisão desmobilização de ativos	(876)	(664)	(876)	(664)
Prêmio pago sobre pagamento antecipado de debêntures (ii)	(11.789)	—	(11.789)	—
Outros	(4.554)	(2.881)	(4.557)	(2.881)
Despesas financeiras	(191.374)	(148.094)	(192.629)	(148.091)
Despesas financeiras líquidas	(145.574)	(128.928)	(146.829)	(128.925)

- (i) Em conexão com a liquidação das debêntures de 1ª emissão, os custos de transação referentes a tal captação no montante de R\$9.880, referentes ao primeiro instrumento, foram baixados ao resultado.
- (ii) Em conexão com a liquidação antecipada das debêntures de 1ª emissão foi pago o prêmio de R\$11.789, conforme aprovado em Assembleia de Debenturistas.

24. Imposto de renda e contribuição social**a) Conciliação da alíquota efetiva**

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social	(39.987)	(27.091)	(41.255)	(27.683)
Alíquotas nominais	34%	34%	34%	34%
Expectativa de IRPJ e CSLL	13.596	9.211	14.027	9.412
Ajuste para apuração dos tributos sobre o lucro: (adições)/exclusões				
Tributos sobre lucro diferido não constituído	(5.093)	(6.541)	(5.093)	(6.541)
Despesas dedutíveis	—	—	—	—
Despesas não dedutíveis	(851)	—	(851)	—
Equivalência patrimonial	—	—	3.132	1.348
Outras (adições)/exclusões (i)	11.489	592	9.194	(365)
IRPJ e CSLL	19.141	3.262	20.409	3.854
IRPJ e CSLL Corrente	7.809	(592)	9.077	—
IRPJ e CSLL Diferido	11.332	3.854	11.332	3.854
Alíquota efetiva	48%	12%	49%	14%

- (i) Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia reverteu R\$9.077 de provisões relacionadas à tributos sobre o lucro em linha com o prazo prescricional.

Notas Explicativas

b) Impostos diferidos

	Consolidado e Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024
Ativo fiscal diferido		
Diferenças temporárias		
Provisão para perdas esperadas de crédito	(705)	(221)
Provisão para demandas judiciais	(323)	(296)
Provisão para desmobilização de ativos e ativo de desmobilização	(7.499)	(6.268)
Arrendamentos	(82.352)	(64.556)
Diferença depreciação fiscal	(9.171)	(3.819)
	(100.050)	(75.160)
Prejuízo fiscal e base negativa	(18.439)	(10.000)
Base de cálculo	(118.489)	(85.160)
Imposto diferido (34%)	(40.286)	(28.954)

O imposto diferido ativo é reconhecido para prejuízos fiscais e base negativa e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas quando for provável que o lucro tributável futuro estará disponível e contra o qual será utilizado. Os impostos diferidos ativos são revisados em cada período de reporte e serão reconhecidos somente na medida em que sua realização for provável. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Controladora, considerando o desenvolvimento de novas torres e perspectivas de negócios e setoriais, efetuou novo estudo de recuperabilidade dos impostos diferidos ativos, considerando a utilização dos prejuízos fiscais em um período de cinco anos. Tal avaliação considera evolução no exercício e continuidade da expansão da base instalada de torres, o crescimento da receita recorrente dos contratos de cessão de espaço, a dinâmica dos custos operacionais associados à operação das infraestruturas e os efeitos financeiros decorrentes da estrutura de endividamento da Companhia. Como resultado de tal avaliação, a Companhia reconheceu um montante adicional de impostos diferidos ativos sobre prejuízo fiscal e base negativa na ordem de R\$8.439 de base (R\$2.869 de efeito tributário), somando R\$18.439 de base (R\$6.268 de efeito tributário) ao final do exercício findo 31 de dezembro de 2025 (R\$10.000 de base e R\$3.400 de efeito tributário em 31 de dezembro de 2024). O saldo de impostos diferidos ativos decorrentes de diferenças temporárias decorre, substancialmente, das diferenças temporárias dos saldos de arrendamentos, os quais espera-se serem recuperados no curso dos negócios. Em 31 de dezembro de 2025 a Companhia possuía imposto diferido ativo não reconhecido sobre prejuízos fiscais e base negativa no montante de R\$ 151.994 (base fiscal) (R\$128.575 base fiscal em 31 de dezembro de 2024).

Conforme as projeções aprovadas pela Administração da Companhia, a expectativa de realização dos tributos diferidos sobre prejuízos fiscais na Controladora está apresentada a seguir:

	Base	Imposto
2026	131	45
2027	2.060	700
2028	3.480	1.183
2029	5.280	1.795
2030	7.488	2.546
Total	18.439	6.269

25. Instrumentos financeiros

A Companhia utiliza instrumentos financeiros no curso das operações. A administração desses instrumentos é realizada por meio de estratégias operacionais e controles internos para assegurar a liquidez, a lucratividade e a segurança. O emprego dos instrumentos financeiros com o objetivo de proteção foi feito por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (taxa de câmbio, taxa de juros etc.). A política de controle consiste em monitoramento permanente das condições contratadas versus as condições prevalecentes no mercado.

A Companhia não realiza investimentos em forma de derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, e não celebra contratos que seriam definidos como hedges ou swaps.

Notas Explicativas

Os resultados obtidos com essas operações são consistentes com as políticas e estratégias estabelecidas pela Administração da Companhia.

Os valores realizáveis estimados para os ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias apropriadas para avaliações. Julgamentos foram requeridos na interpretação dos dados de mercado para elaborar estimativas mais apropriadas de valores realizáveis. Como resultado, as estimativas abaixo não indicam, necessariamente, os valores que podem ser obtidos no mercado *spot*. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores realizáveis estimados.

As seguintes informações quantitativas adicionais relativas aos riscos resultantes do uso de instrumentos financeiros:

Riscos de crédito

Um risco de crédito é o risco de perda financeira para a Companhia caso um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente das contas a receber dos clientes da Companhia.

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada principalmente por características individuais de cada cliente. A Companhia estabeleceu uma política de crédito na qual cada novo cliente tem sua capacidade de crédito analisada individualmente antes que os termos e condições padrão do pagamento sejam concedidos.

A Companhia estabelece provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa que representam sua estimativa baseada em prováveis contas incobráveis, análise individual de clientes e histórico de perda. O componente principal dessa provisão está especificamente relacionado aos riscos individuais significativos, e a Companhia acredita que tais provisões são suficientes para cobrir tais riscos. Em 31 de dezembro de 2025 o saldo provisionado era de R\$ 705 (R\$ 221 em 31 de dezembro de 2024).

O caixa e equivalentes de caixa da Companhia são mantidos por meio de grandes instituições financeiras no Brasil. A Companhia gerencia o risco de crédito realizando operações com contrapartes de alta qualidade do crédito, limitando o valor da exposição a cada contraparte quando possível e monitorando a condição financeira das contrapartes.

O valor contábil do ativo financeiro representa a exposição máxima do crédito, que na data das demonstrações financeiras foi:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	93.100	16.419	93.040	16.324
Contas a receber (Nota 8)	30.604	25.807	30.596	25.699
Empréstimos a receber de partes relacionadas (Nota 17)	113.869	103.157	113.869	103.157
Outras contas a receber	2.890	2.841	3.948	2.841
Total	240.463	148.224	241.453	148.021

Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco de que a Companhia possa enfrentar dificuldades no cumprimento das obrigações associadas aos passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em dinheiro ou outros ativos financeiros. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é garantir, na medida do possível, que ela sempre terá liquidez suficiente para cumprir suas obrigações quando do vencimento, sob condições normais, sem causar perdas inaceitáveis ou com o risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A Companhia normalmente assegura que tem caixa suficiente para cumprir as despesas operacionais esperadas por um período aproximado de 90 dias, incluindo o cumprimento das obrigações financeiras; isso exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem estar razoavelmente previstos, tais como desastres naturais.

Notas Explicativas

Os vencimentos dos passivos financeiros não derivativos são os seguintes:

Consolidado					
31/12/2025					
Valor contábil	Fluxo de caixa esperado	12 meses ou menos	24 meses ou menos	36 meses ou menos	Mais de 36 meses
Fornecedores	(18.757)	(18.757)	(18.757)	—	—
Passivos de arrendamento	(521.917)	(1.241.971)	(79.090)	(79.090)	(1.004.701)
Debentures	(638.741)	(638.741)	(76.555)	(73.881)	(395.540)
Outras contas a pagar	(5.942)	(5.942)	(5.942)	—	—
	(1.185.357)	(1.905.411)	(180.344)	(171.855)	(1.400.241)

Controladora					
31/12/2025					
Valor contábil	Fluxo de caixa esperado	12 meses ou menos	24 meses ou menos	36 meses ou menos	Mais de 36 meses
Fornecedores	(17.923)	(17.923)	(17.923)	—	—
Passivos de arrendamento	(521.917)	(1.450.205)	(97.642)	(97.642)	(1.157.279)
Debentures	(638.741)	(638.741)	(76.555)	(73.881)	(395.540)
Outras contas a pagar	(9.619)	(9.619)	(9.619)	—	—
	(1.188.200)	(2.116.488)	(201.739)	(171.523)	(1.552.819)

Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de mudanças nos preços de mercado, especialmente os preços do aluguel. O objetivo do gerenciamento de riscos de mercado é o de gerenciar e controlar exposições a mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

Risco de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras, que estão atreladas a variação do CDI.

Risco cambial

A Companhia não está sujeita ao risco cambial de empréstimos denominados em moeda diferente da moeda funcional do (BRL) reais. Atualmente a Companhia não tem contratos com as Companhias do grupo no exterior, veja a Nota Explicativa nº 17.

Análise de sensibilidade

A Companhia possuía apenas um contrato de empréstimo a pagar a parte relacionada que estava sujeito a variação do dólar e Libor 6 meses. Tal transação foi 100% liquidada em 13 de janeiro de 2024 pelo valor de R\$274.181.

Os cenários de exposição dos instrumentos financeiros indexados à taxa de juros foram montados com base nas curvas apuradas em 31 de dezembro de 2025, averiguando-se o impacto nas despesas financeiras. O Cenário base considera o IPCA projetado de 4,03%, com base no relatório FOCUS do Banco Central do Brasil de 9 de janeiro de 2026 que na avaliação da Administração em relação ao cenário provável de se realizar nas datas de vencimento de cada uma das operações. Adicionalmente, foi incluído os cenários I e II para o caso da variável de risco de 25% e 50% do IPCA, respectivamente, no período de um ano, em relação ao cenário provável de se realizar nas datas de vencimento de cada uma das operações.

Premissas para a análise de sensibilidade em 31 de dezembro de 2025:

Risco		31/12/2025	Cenário provável	Cenário I (25%)	Cenário II (50%)
IPCA + 10,7609%	Aumento do IPCA	15,02%	14,76%	15,77%	18,30%
Debêntures		638.741	732.311	738.772	754.925
Efeito estimado no resultado			119.924	143.908	116.784

Notas Explicativas

A análise de sensibilidade apresentada a seguir considera as variações em relação ao Dólar norte-americano, mantendo constantes todas as demais variáveis, associadas aos demais riscos.

Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis e os valores justos dos ativos e passivos financeiros, incluindo os seus níveis na hierarquia do valor justo. Não inclui informações sobre o valor justo dos ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo, se o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo:

	Nível	Consolidado		Controladora	
		31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
		Valor contábil	Valor contábil	Valor contábil	Valor contábil
Ativos					
Empréstimos a partes relacionadas (Nota 17)		113.869	103.157	113.869	103.157
Outras contas a receber		2.890	2.841	3.948	2.841
Passivos					
Debêntures (Nota15)	2	(638.741)	(488.960)	(638.741)	(488.960)
Outras contas a pagar		(5.942)	(21.237)	(9.619)	(21.237)

Notas Explicativas**26. Informações por segmento**

A Companhia possui dois segmentos operacionais reportáveis, que oferece serviços a clientes específicos. Estes segmentos são determinados pela natureza dos serviços prestados.

O resumo a seguir descreve as principais operações de cada um dos segmentos reportáveis da Companhia:

Segmentos reportáveis	Operações
Adequação de Infraestrutura	Manutenção das torres de propriedade da Companhia.
Cessão de espaço em torre	Locação de espaço em torres para clientes diversos no Brasil.

A Administração revisa os relatórios gerenciais internos de cada segmento periodicamente. Informações sobre lucro (prejuízo) operacional, ativos e passivos por segmento reportável.

	31/12/2025		
	Adequação de Infraestrutura	Cessão de espaço em torre	Total
Receita líquida	102.958	81.733	184.691
Custo dos serviços	(749)	(55.856)	(56.605)
Lucro (prejuízo) bruto	102.209	25.877	128.086
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	(13.584)	(10.784)	(24.368)
Perdas estimadas de crédito liquidação duvidosa	(270)	(214)	(484)
Outras receitas	1.312	1.041	2.353
Resultado antes das despesas financeiras líquidas e dos impostos	89.667	15.920	105.587
Receitas Financeiras	25.532	20.268	45.800
Despesas Financeiras	(106.683)	(84.691)	(191.374)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	8.516	(48.503)	(39.987)
Imposto de renda e contribuição social	10.670	8.471	19.141
Resultado do exercício	19.186	(40.032)	(20.846)
Ativos	764.726	607.083	1.371.809
Passivos circulante e não circulante	685.768	544.403	1.230.171

	31/12/2024		
	Adequação de Infraestrutura	Cessão de espaço em torre	Total
Receita líquida	86.342	62.273	148.615
Custo dos serviços	(759)	(46.543)	(47.302)
Lucro (prejuízo) bruto	85.583	15.730	101.313
Despesas operacionais			
Despesas gerais e administrativas	(9.159)	(6.606)	(15.765)
Perdas estimadas de crédito liquidação duvidosa	3.553	2.563	6.116
Outras receitas	5.910	4.263	10.173
Resultado antes das despesas financeiras líquidas e dos impostos	85.887	15.950	101.837
Receitas Financeiras	11.135	8.031	19.166
Despesas Financeiras	(86.039)	(62.055)	(148.094)
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social	10.983	(38.074)	(27.091)
Imposto de renda e contribuição social	1.895	1.367	3.262
Resultado do exercício	12.878	(36.707)	(23.829)
Ativos	595.626	429.587	1.025.213
Passivos circulante e não circulante	569.201	410.528	979.729

Existe mais de um cliente que individualmente possui mais 10% da receita. Coletivamente esses clientes representam por volta de 90% do total das receitas.

Notas Explicativas

27. Transações que não envolvem caixa ou equivalente de caixa

A Companhia apresentou algumas transações não monetárias que não afetaram as demonstrações dos fluxos de caixa, conforme mostrado abaixo:

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Compensação de arrendamentos entre Partes Relacionadas	-	-	-	(10.382)
Compensação de empréstimos com arrendamentos entre Partes Relacionadas	-	-	-	(5.660)
Conversão de empréstimos com partes relacionadas em participação societária	-	-	-	(35.643)
Aumento (redução) de imobilizado devido à obrigação de desmobilização de ativos	(3.368)	1.995	(3.368)	1.995
Atualização provisão para desmobilização de ativos	876	664	876	664
Compras de imobilizado ainda não pagas	(15.658)	(9.527)	(15.658)	(9.527)
Adições e remensurações de direto de uso/passivo de arrendamento	(116.727)	(117.963)	(118.545)	(117.963)
	(134.877)	(124.831)	(136.695)	(176.516)

	Consolidado		Controladora	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Depreciação - Custo	29.678	22.686	29.678	22.686
Depreciação - Gerais e Administrativas	36	24	36	24
(=) subtotal	29.714	22.710	29.714	22.710
PIS/COFINS sobre depreciação - custo	(2.745)	(2.099)	(2.745)	(2.099)
	26.969	20.611	26.969	20.611

28. Eventos Subsequentes

Após a data de encerramento do exercício social de 2025, não foram identificados eventos subsequentes relevantes que pudessem impactar a posição financeira, o desempenho operacional ou as demais informações apresentadas nas demonstrações financeiras da Companhia.

* * *

Júlio Simões Roland
Diretor Financeiro

Antonio Carlos Machado
Contador
CRC.: SP-178287/O

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Aos Acionistas e Diretores(as) da
Brazil Tower, Cessão de Infraestruturas S.A.
Nova Lima - MG

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Brazil Tower, Cessão de Infraestruturas S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de dezembro de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentada no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

Reconhecimento de receita

Conforme descrito nas notas explicativas 6.j e 20, as receitas da Companhia decorrem, substancialmente, da cessão de aluguel de infraestruturas e arrendamentos de terrenos para operadoras telefonia móvel, a partir de contratos estruturados que definem as condições comerciais gerais com cada cliente e que especifica os detalhes técnicos e comerciais por localidade. A receita é reconhecida contabilmente a partir da data em que a torre está tecnicamente pronta para uso pelo cliente. Consideramos o reconhecimento de receita como um principal assunto de auditoria, pois as receitas são pulverizadas, individualmente de baixo valor, cujos controles internos estabelecidos dependem da manutenção de um adequado controle acerca dos contratos por parte da Administração e do momento em que as torres estão disponíveis para uso.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento dos controles internos relevantes implementados pela Companhia para o processo de reconhecimento de receita; (ii) avaliação das políticas contábeis adotadas para o reconhecimento de receita e da sua aderência aos requisitos normativos aplicáveis; (iii) reconciliação dos respectivos relatórios auxiliares com os saldos contábeis; (iv) inspeção, em base amostrais, de (a) contratos relevantes, com foco na identificação de cláusulas que determinam o momento de disponibilização da infraestrutura e elementos que influenciam o reconhecimento da receita; e (b) evidências que suportam a disponibilização das estruturas contratadas; (v) procedimentos de confirmação de saldos a receber com clientes por meio de obtenção de confirmações externas com determinados clientes ou procedimentos alternativos, como análise de liquidação subsequente dos saldos e aceite do cliente sobre os saldos de contas a receber; e (vi) avaliação da adequação das divulgações relacionadas apresentadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Baseados no resultado dos nossos procedimentos de auditoria efetuados sobre o processo de reconhecimento de receitas da Companhia, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas de reconhecimento de receitas adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 6.j e 20, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Contratos de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento)

Conforme descrito nas notas explicativas 6.k e 10, a Companhia possui arrendamentos de terrenos e edificações utilizados na instalação e operação de sua infraestrutura. A mensuração dos ativos de direito de uso e dos passivos de arrendamento envolve julgamento, incluindo a definição dos prazos considerados na mensuração e a determinação da taxa incremental de empréstimo utilizada para trazer a valor presente os pagamentos futuros e as atualizações decorrentes de modificações contratuais. Consideramos esse assunto como um principal assunto de auditoria, devido ao volume e diversidade dos contratos, à necessidade de premissas consistentes para sua mensuração e à relevância dos saldos registrados.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) entendimento dos controles internos relevantes implementados pela Companhia para o processo de registro dos contratos de arrendamento; (ii) avaliação das políticas contábeis adotadas para o reconhecimento dos contratos de arrendamento e da sua aderência aos requisitos normativos aplicáveis; (iii) inspeção, em bases amostrais, de contratos de arrendamento celebrados ou alterados no exercício para identificar termos relevantes, incluindo prazos aplicáveis e condições que influenciam a mensuração, incluindo os critérios estabelecidos pela Administração para a determinação do prazo do contrato; (iv) avaliação da taxa incremental de juros utilizada pela administração, considerando parâmetros de mercado observáveis e as características específicas dos contratos; (v) recálculo, em base amostrais, da amortização linear do direito de uso e atualização pelo valor presente dos passivos de arrendamento, incluindo remensurações e novos contratos; (vi) inspeção, em base amostral, de desembolsos efetuados sobre contratos de arrendamento; e (vii) avaliação da adequação das divulgações relacionadas apresentadas nas demonstrações financeiras.

Baseados no resultado dos nossos procedimentos de auditoria efetuados sobre o processo de reconhecimento dos contratos de arrendamento da Companhia, que está consistente com a avaliação da Administração, consideramos que os critérios e premissas de reconhecimento do ativo de direito de uso e passivo de arrendamento adotados pela Administração, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 6.k e 10, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Análise da recuperabilidade dos impostos diferidos ativos

Conforme descrito nas notas explicativas 6.i e 24, a Companhia reconheceu os impostos diferidos ativos, compostos por diferenças temporárias e prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social sobre o lucro, considerando que é provável a existência de lucro tributável futuro em que tais impostos diferidos ativos sejam utilizados. A projeção de lucro tributável requer alto julgamento por parte da Administração na determinação de lucros tributáveis futuros. Consideramos esse assunto como um principal assunto de auditoria, devido à relevância dos saldos, bem como às incertezas inerentes às estimativas de determinação de lucros tributáveis futuros, considerando o ambiente econômico e operacional da Companhia.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria realizados incluíram, dentre outros: (i) entendimento dos controles internos relevantes implementados pela Companhia relacionados às projeções de lucros tributáveis futuros preparadas pela Administração; (ii) envolvemos nossos especialistas de impostos diretos na avaliação da base de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social, bem como das diferenças temporárias que compõem a base tributável e o imposto diferido ativo reconhecido; (iii) obtivemos a projeção dos lucros tributáveis futuros da Companhia, preparados pela Administração, e avaliamos as premissas adotadas, incluindo a evolução da base instalada de torres, o comportamento da receita recorrente dos contratos de cessão de espaço, a dinâmica dos custos operacionais associados à operação das infraestruturas e os efeitos financeiros decorrentes da estrutura de endividamento da Companhia, confrontando-as, quando aplicável, com informações internas e de mercado. Além disso, realizamos discussões com a Administração, avaliando também se as premissas foram definidas e aplicadas de acordo com as características dos negócios da Companhia; (v) analisamos a acurácia dos cálculos matemáticos das projeções dos lucros tributáveis futuros; e (vi) Avaliamos a suficiência das divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas relacionadas à realização de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos. Como resultado destes procedimentos identificamos ajuste de auditoria indicando a necessidade de redução dos saldos de impostos diferidos ativos relacionados a diferenças temporárias, sendo este ajuste registrado pela administração mesmo considerando sua imaterialidade sobre as demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Com base nas evidências obtidas por meio dos procedimentos acima resumidos, consideramos que os impostos diferidos ativos reconhecidos e não reconhecidos, e mensurados pela administração, bem como as divulgações relacionadas na nota explicativa 6.i e 24, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado, individual e consolidada, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório datado de 11 de abril de 2025, sem modificação.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A Administração diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas contábeis internacionais (IFRS Accounting Standards) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos

durante nossos trabalhos.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com a administração, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinamos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Belo Horizonte (MG), 20 de março de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/O

Yago Freitas de Paula
Contador MG-091499/O

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

(i) Sr. CHAHRAM CHARLES ZOLFAGHARI, francês, solteiro, empresário, portador do Passaporte Francês nº 19FV10413, portador da Carteira de Identidade para Estrangeiros (RNE) V454089-2, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas ("CPF") nº 059.746.677-78, com endereço comercial na cidade de Nova Lima, estado de Minas Gerais, na Alameda Oscar Niemeyer, nº 222, Conjunto 303, Bairro Vale do Sereno, CEP 34006-049, na qualidade de Diretor Presidente e de Diretor de Relações com Investidores;

(ii) Sra. ANA JULIA DA CUNHA PEIXOTO REIS, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/MG sob o nº. 146971, e inscrita no CPF sob o nº. 079.142.126-01, com endereço comercial na cidade de Nova Lima, estado de Minas Gerais, na Alameda Oscar Niemeyer, nº 222, Conjunto 303, Bairro Vale do Sereno, CEP 34006-049, na qualidade de Diretora Jurídica; e

(iii) Sr. JULIO SIMÕES ROLAND, brasileiro, casado, economista, portador da Cédula de Identidade (RG) nº M-3.644.455, expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF nº 742.615.416- 53; com endereço comercial na Alameda Oscar Niemeyer, nº 222, Conjunto 303, Bairro Vale do Sereno, CEP 34006-049, na Cidade de Nova Lima, Estado de Minas Gerais, na qualidade de Diretor Financeiro e de Operações, doravante denominados simplesmente "Declarantes",

Todos na qualidade de Diretores da BRAZIL TOWER, CESSÃO DE INFRA- ESTRUTURAS S.A., sociedade por ações com sede na cidade de Nova Lima, estado de Minas Gerais, na Alameda Oscar Niemeyer, nº 222, Conjunto 303, Bairro Vale do Sereno, CEP 34006-049, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o nº. 14.292.540/0001-09, e com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob o NIRE 31.300.151.344 ("Companhia"), vêm, nos incisos V e VI do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022 declarar que:

- reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes; e
- reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Nova Lima/MG, 20 de março de 2026.

Chahram Charles Zolfaghari
Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores

Ana Júlia Da Cunha Peixoto Reis
Diretora Jurídica

Julio Simões Roland
Diretor Financeiro e de Operações

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

(i) Sr. CHAHRAM CHARLES ZOLFAGHARI, francês, solteiro, empresário, portador do Passaporte Francês nº 19FV10413, portador da Carteira de Identidade para Estrangeiros (RNE) V454089-2, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas ("CPF") nº 059.746.677-78, com endereço comercial na cidade de Nova Lima, estado de Minas Gerais, na Alameda Oscar Niemeyer, nº 222, Conjunto 303, Bairro Vale do Sereno, CEP 34006-049, na qualidade de Diretor Presidente e de Diretor de Relações com Investidores;

(ii) Sra. ANA JULIA DA CUNHA PEIXOTO REIS, brasileira, solteira, advogada, inscrita na OAB/MG sob o nº. 146971, e inscrita no CPF sob o nº. 079.142.126-01, com endereço comercial na cidade de Nova Lima, estado de Minas Gerais, na Alameda Oscar Niemeyer, nº 222, Conjunto 303, Bairro Vale do Sereno, CEP 34006-049, na qualidade de Diretora Jurídica; e

(iii) Sr. JULIO SIMÕES ROLAND, brasileiro, casado, economista, portador da Cédula de Identidade (RG) nº M-3.644.455, expedida pela SSP/MG, inscrito no CPF nº 742.615.416- 53; com endereço comercial na Alameda Oscar Niemeyer, nº 222, Conjunto 303, Bairro Vale do Sereno, CEP 34006-049, na Cidade de Nova Lima, Estado de Minas Gerais, na qualidade de Diretor Financeiro e de Operações, doravante denominados simplesmente "Declarantes",

Todos na qualidade de Diretores da BRAZIL TOWER, CESSÃO DE INFRA- ESTRUTURAS S.A., sociedade por ações com sede na cidade de Nova Lima, estado de Minas Gerais, na Alameda Oscar Niemeyer, nº 222, Conjunto 303, Bairro Vale do Sereno, CEP 34006-049, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica sob o nº. 14.292.540/0001-09, e com seus atos constitutivos registrados perante a Junta Comercial do Estado de Minas Gerais sob o NIRE 31.300.151.344 ("Companhia"), vêm, nos incisos V e VI do artigo 27 da Resolução CVM nº 80, de 29 de março de 2022 declarar que:

- reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes; e
- reviram, discutiram e concordam com as demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2025.

Nova Lima/MG, 20 de março de 2026.

Chahram Charles Zolfaghari
Diretor Presidente e Diretor de Relações com Investidores

Ana Júlia Da Cunha Peixoto Reis
Diretora Jurídica

Julio Simões Roland
Diretor Financeiro e de Operações